



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**

**Victória Monteiro da Silva Santos**

**CONFLITOS PROLONGADOS COMO SISTEMAS  
COMPLEXOS: O CASO COLOMBIANO**

**Brasília**

**2014**

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais**

**VICTÓRIA MONTEIRO DA SILVA SANTOS**

**CONFLITOS PROLONGADOS COMO SISTEMAS  
COMPLEXOS: O CASO COLOMBIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao **Instituto de  
Relações Internacionais da  
Universidade de Brasília**, como  
exigência final à obtenção do título  
de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio  
Jorge Ramalho da Rocha

**Brasília**

**Julho de 2014**

**CONFLITOS PROLONGADOS COMO SISTEMAS COMPLEXOS:**

**O CASO COLOMBIANO**

**Victória Monteiro da Silva Santos**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha – IREL/UnB**

**(Orientador)**

**Prof. Dr. Alcides Costa Vaz – IREL/UnB**

**Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França – IREL/UnB**

*Ao meu orientador, aos meus pais, aos meus amigos e ao Rodrigo, por todo o apoio  
dado ao longo da escrita deste trabalho.*

*Peace is not the absence of war, it is a virtue, a state of mind, a disposition of  
benevolence, confidence, justice.*

Baruch Spinoza

## Resumo

Este trabalho utiliza a abordagem dos sistemas complexos para o estudo de conflitos armados prolongados, e para a análise das tentativas de construção da paz nesses contextos. Defende-se que esta visão apresenta vantagens em relação a abordagens lineares tradicionais, permitindo uma compreensão mais ampla dos conflitos armados, das possibilidades de ação e dos impactos de iniciativas de transformação. A utilização deste modelo analítico é ilustrada por meio um estudo de caso: o conflito armado colombiano, que tem se estendido por cerca de cinco décadas a despeito de diversas tentativas de promoção da paz.

Palavras-chave: *Sistemas complexos, transformação de conflitos, conflitos prolongados, Colômbia, ciclos de feedback, sociedade civil, FARC, paramilitares, conflito armado.*

## Abstract

This article uses a complex systems approach for the study of protracted armed conflicts, and for the analysis of peacebuilding attempts in such contexts. It is argued that this vision poses advantages compared to traditional linear approaches, allowing for a wider understanding of armed conflicts, of entries for action and of impacts produced by conflict transformation initiatives. The use of this analytical model is illustrated through a case study: the Colombian armed conflict, which has lasted for nearly five decades in spite of several attempts of peace promotion.

Keywords: *Complex systems, conflict transformation, protracted conflicts, Colombia, feedback cycles, civil society, FARC, paramilitary groups, armed conflict.*

## Sumário

Introdução .....	7
Capítulo 1 - Estudos de conflito e teoria da complexidade.....	10
1.1. Estudos de paz e conflito.....	10
1.1.1. O estudo de conflitos prolongados .....	12
1.2. Complexidade e pensamento sistêmico .....	15
1.2.1. Complexidade nas ciências sociais e nas relações internacionais .....	19
Capítulo 2 - Transformação de conflitos prolongados e pensamento sistêmico: modelo de análise.....	24
2.1. Conflitos prolongados como sistemas complexos.....	24
2.2. Transformação sistêmica de conflitos prolongados.....	28
Capítulo 3 - Colômbia: histórico de um conflito prolongado .....	37
3.1. De “La Violencia” aos anos 1970: origens e formação das guerrilhas .....	38
3.2. Anos 1980 e 1990: novos atores e escalada do conflito .....	42
3.3. De 2002 a 2014: desescalada e transformação do conflito .....	48
Capítulo 4 - Colômbia: atratores e transformação sistêmica.....	54
4.1. Atratores do conflito colombiano .....	55
4.2. Esforços de transformação do conflito .....	57
4.2.1. “Top-down”: Negociações e fortalecimento institucional.....	58
4.2.2. “Middle-out”: medidas regionais e sociedade civil.....	60
4.2.3. “Bottom-up”: Ajuda humanitária e transformação comunitária .....	62
Conclusão .....	70
Referências.....	72

## Introdução

Conflitos são uma parcela importante das relações sociais em seus diversos níveis. Muitos deles são conduzidos de maneiras construtivas, como disputas políticas. Outros assumem formas destrutivas, como crimes no nível interpessoal, violência organizada entre atores não estatais ou conflitos armados entre atores estatais e/ou não estatais. Entre os conflitos violentos, há aqueles que se “resolvem” rapidamente – por exemplo, por meio de acordos de paz ou de vitórias militares – e outros que se prolongam por décadas, a despeito de tentativas de promoção da paz e de redução da violência, e passam a ser vistos como conflitos impossíveis de solucionar.

Esta última categoria, que inclui os chamados conflitos prolongados, é o objeto de interesse deste trabalho. Estudiosos buscaram explicar a forma como certos conflitos se tornam prolongados de diversas maneiras: alguns enfatizaram características das questões disputadas entre as partes ou os interesses materiais dos atores envolvidos, por exemplo. Outra abordagem é apresentada nos escritos de Coleman (2011), que explica a longa duração de certos conflitos não com base em qualquer desses fatores especificamente, mas na forma como esses fatores interagem e se organizam.

Para Coleman (2011), os fatores que compõem os conflitos analisados não seriam capazes, por si sós, de explicar seu prolongamento; seria mais útil observar a forma como os fatores compõem um sistema complexo, cujos padrões são substantivamente diferentes da soma de suas partes. Isso também ajudaria a compreender o fracasso de certas tentativas de promoção da paz em tais conflitos, que buscariam lidar com as partes que os compõem sem necessariamente levar em consideração o todo.

Este trabalho parte da premissa de que conflitos prolongados podem ser compreendidos como sistemas complexos, nos quais diferentes fatores se reforçam ou inibem continuamente. A hipótese que pauta este estudo pode ser assim definida: a transformação de conflitos prolongados requer a inibição e reconstrução de ciclos de *feedback* destrutivos e violentos, e o reforço de ciclos



construtivos e pacíficos. Esta hipótese será aplicada de maneira ilustrativa a um conflito armado que tem se estendido por cerca de cinco décadas, com impactos transnacionais: o conflito colombiano.

O principal objetivo deste trabalho, portanto, é analisar a utilidade do modelo dos sistemas complexos para a compreensão de conflitos armados prolongados e para a implementação de iniciativas de transformação desses conflitos. Assim, espera-se compreender em que medida uma abordagem sistêmica, abarcando diversos níveis, atores e escopos temporais de maneira dinâmica, pode agregar poder analítico ao estudo de conflitos prolongados. Por meio da aplicação do modelo, também é possível identificar potenciais limitações dessa abordagem.

O primeiro capítulo deste trabalho consiste numa breve apresentação de conceitos e debates importantes para a análise aqui empreendida, e será dividido em duas partes. Uma parte trata do campo dos estudos de conflito, e dos esforços de alguns estudiosos da área para a compreensão dos conflitos armados em geral e dos conflitos prolongados em particular. A outra parte apresenta o campo de estudos da complexidade e alguns conceitos importantes, como sistemas complexos e ciclos de *feedback*, bem como exemplos da utilização dessa abordagem sistêmica nas ciências sociais.

O segundo capítulo expõe o modelo de análise adotado neste trabalho. Em um primeiro momento, argumenta-se que a abordagem dos sistemas complexos pode ser aplicada à análise de conflitos prolongados. Em seguida, discute-se a noção de transformação sistêmica de conflitos, e como as práticas associadas a ela podem ser utilizadas em situações de conflito prolongado.

Já o terceiro e o quarto capítulos consistem na aplicação do modelo de análise exposto a um caso concreto, o conflito colombiano. Isto é feito a partir de uma análise qualitativa do conflito com o objetivo de identificar os principais fatores que o compõem, e a forma como os mesmos interagem e podem ser analisados como partes de um sistema complexo. No terceiro capítulo, essa identificação de fatores e padrões sistêmicos é feita a partir de uma breve análise histórica do conflito. No quarto capítulo, por sua vez, são analisadas as tentativas

históricas de transformação do conflito em diferentes níveis, bem como seus impactos – positivos ou negativos – sobre o sistema colombiano.

Por fim, são expostas conclusões obtidas a partir da aplicação do modelo de análise adotado a um caso concreto. É incluída uma avaliação dos avanços e limitações encontrados na utilização desse modelo, bem como perspectivas para sua utilização futura em outros casos.

## Capítulo 1

### Estudos de conflito e teoria da complexidade

Neste capítulo, são apresentadas bases teóricas importantes para a compreensão do modelo de análise aqui adotado. Na primeira seção, examinam-se abordagens utilizadas para a análise de conflitos interestatais e intraestatais, e especialmente dos conflitos prolongados. A segunda seção apresenta conceitos associados ao estudo de sistemas complexos, cruciais para o modelo apresentado no próximo capítulo.

#### 1.1. Estudos de paz e conflito

O conflito, em suas diversas manifestações, níveis e intensidades, é uma realidade que atravessa a história da humanidade. Nas palavras de Alejo Vargas,

El conflicto, manifestación natural de las comunidades humanas, debe ser entendido como la expresión de la diversidad y complejidad de una sociedad con múltiples intereses, expectativas, demandas y problemas, correspondientes a los distintos grupos que la conforman (VARGAS, 2002, p. 226).

Com frequência, porém, diversas condições favorecem a expressão dessas divergências em formas violentas, seja no contexto de relações interpessoais, entre grupos organizados, ou mesmo entre Estados, por exemplo. Não surpreende, portanto, que a questão do conflito violento esteja tão presente entre diversos campos das ciências sociais.

“Há maneiras de reduzir a incidência da guerra, de aumentar as chances de paz? Podemos ter paz com mais frequência no futuro do que no passado?”<sup>1</sup> Estas eram questões colocadas, em 1959, por Kenneth Waltz, em seu livro “O Homem, o Estado e a Guerra”. Segundo ele, para que se pense em como alcançar a paz, é crucial que se compreenda as causas da guerra; e uma miríade de pensadores e acadêmicos tem se debruçado sobre esse tópico ao longo da história.

---

<sup>1</sup> Tradução livre de “Are there ways of decreasing the incidence of war, of increasing the chances of peace? Can we have peace more often in the future than in the past?” (WALTZ, 1959, pg. 3).

Para Waltz (1959), os estudiosos que buscam compreender a guerra poderiam ser divididos em três grupos, grosso modo correspondentes a três níveis de análise. Um primeiro grupo acreditava encontrar a resposta na natureza humana, que seria a causa de todo o mal, incluindo a guerra<sup>2</sup>. Para um segundo grupo, é importante enfatizar o papel do Estado, incluindo seu conteúdo social e econômico e sua forma política, segundo uma percepção de que maus Estados fazem guerra e bons Estados vivem em paz<sup>3</sup>. Um terceiro grupo de pensadores, por sua vez, atribui a causa da guerra ao próprio sistema de Estados, cujo caráter anárquico constrangeria suas unidades a se comportarem de maneira conflituosa<sup>4</sup>. Assim, ainda que as questões postas a princípio usem os termos gerais “paz” e “guerra”, as principais explicações listadas presumem as comunidades políticas como partes dos conflitos que importam no âmbito da política internacional.

Contudo, o foco nas interações entre comunidades políticas, e em especial entre Estados tornou-se cada vez mais insuficiente para a análise de conflitos violentos. À medida que estes passaram a se manifestar de formas crescentemente diversas, novas ferramentas analíticas se fizeram necessárias. Uma delas é a codificação de conflitos feita pelo Uppsala Conflict Data Program, que define o conflito armado como uma incompatibilidade de posições contestadas que se referem a um governo, território ou ambos, na qual o uso da força armada entre as partes resulta em pelo menos 25 mortes ligadas ao conflito por ano. Além disso, ao menos uma das partes envolvidas deve ser o governo de um Estado. Esses conflitos armados podem ser *interestatais*, *intraestatais* – entre um governo e grupos internos de oposição – ou *intraestatais internacionalizados* – quando há intervenção de outros Estados em um conflito intraestatal, na forma de tropas. (THEMNER; WALLENSTEEN, 2013)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos citados são Santo Agostinho, Lutero e Spinoza (WALTZ, 1959).

<sup>3</sup> Um pensador que trabalharia neste nível de análise é Immanuel Kant (WALTZ, 1959).

<sup>4</sup> Nesta categoria poderiam ser encontrados autores como Rousseau e Hobbes (WALTZ, 1959), bem como escritos posteriores do próprio Waltz (1979).

<sup>5</sup> Os conflitos armados são, para os autores, divididos entre menores, aqueles que causam entre 25 e mil mortes por ano em batalha; e guerras, que causam ao menos mil mortes em batalha por ano (THEMNER; WALLENSTEEN, 2013). Outros tipos de violência organizada foram codificados e estudados pelo programa, como os conflitos não-estatais, nos quais nenhuma das partes é um Estado, e que também resulta em ao menos 25 mortes em batalha ao ano; e a violência unilateral, quando um governo ou outro grupo formalmente organizado usa a força armada contra civis tendo por resultado ao menos 25 mortes (HARBOM; SUNDBERG, 2009).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a maioria dos conflitos que ocorreram ou ocorrem pelo mundo é intraestatal (177 de 243), sendo 89 disputas pelo governo e 88 disputas separatistas (NILSSON; KREUTZ, 2010). Após a Guerra Fria, novas ameaças se fortaleceram, como conflitos e crimes transnacionais – ameaças que não eram adequadamente abarcadas pelo paradigma tradicional de segurança centrada no Estado.

Nesse contexto, ganhou força na década de 1990 o conceito de “segurança humana”, geralmente definido como o “empoderamento” (*empowerment*) e proteção de pessoas presas em situações de extrema violência e subdesenvolvimento. Assim, enquanto a ideia de segurança nacional é ligada à defesa do Estado soberano contra ataques, a de segurança humana pretende proteger e defender indivíduos e grupos de todas as formas de violência, tratando os indivíduos como objetos de segurança. Este conceito tornou-se parte do *mainstream* dos estudos de política internacional e do discurso da Organização das Nações Unidas (OWENS, 2012).

Além de transformações nas teorias e conceitos utilizados para a análise de conflitos, houve também mudanças nas práticas adotadas com relação aos mesmos. Após o fim da Guerra Fria, a comunidade internacional e, especialmente, as Nações Unidas têm tido um envolvimento maior em esforços de construção da paz, por vias como a mediação, a assistência à reconstrução e mesmo a intervenção. Além disso, diversas condições que alimentavam esses conflitos anteriormente, como a bipolaridade da Guerra Fria, foram basicamente extintas, facilitando a transformação desses conflitos. Contudo, vários deles têm resistido mesmo a tais mudanças, prolongando-se ainda até os nossos dias (NILSSON; KREUTZ, 2010). Tais conflitos, considerados “prolongados”, são de maior interesse para os fins deste trabalho, e serão o objeto de análise da próxima seção.

### ***1.1.1. O estudo de conflitos prolongados***

Conflitos sociais e internacionais têm preocupado historicamente estudiosos de diversas áreas. Certos conflitos, porém, são ainda mais desafiadores, estendendo-se por décadas e parecendo quase impossíveis de “solucionar”. Para tais casos, decidiu-se adotar neste trabalho o termo “conflitos prolongados”.

O conceito de conflitos prolongados é largamente empregado, porém não consensualmente definido. De maneira geral, os conflitos que recebem este rótulo são caracterizados por sua longa duração e dificuldade de resolução. Caracterizações mais específicas de conflitos prolongados podem ser divididas em duas categorias: uma enfatiza as questões (“issues”) que dividem as partes do conflito; outra realça a dinâmica dos conflitos prolongados (NILSSON; KREUTZ, 2010).

Na tabela 1, a seguir, são encontrados os dez conflitos armados, segundo a definição apresentada anteriormente, de maior duração entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o ano de 2009. Vale ressaltar que, dos conflitos listados, somente dois não tiveram períodos de cessação da violência entre as partes: Colômbia e Filipinas (Mindanao) (NILSSON; KREUTZ, 2010).

**Tabela 1. Conflitos com mais anos de duração (1946 - 2009)<sup>6</sup>**

	<i>Conflito</i>	<i>Anos totais de conflito</i>	<i>Primeiro Ano</i>	<i>Último ano</i>
<b>1</b>	Israel (Palestina)	58	1949	2009
<b>2</b>	Mianmar (Karen)	56	1949	2009
<b>3</b>	Filipinas (governo)	48	1946	2009
<b>4</b>	Colômbia (governo)	46	1964	2009
<b>5</b>	Mianmar (governo)	45	1948	1994
<b>6</b>	Mianmar (Shan)	42	1959	2009
<b>7</b>	Filipinas (Mindanao)	38	1970	2009
<b>8</b>	Chade (governo)	35	1966	2009
<b>9</b>	Guatemala (governo)	34	1949	1995
<b>10</b>	Mianmar (Kachin)	34	1949	1992

Fonte: NILSSON; KREUTZ, 2010.

Um dos autores a abordarem conflitos prolongados com foco nas questões disputadas foi Edward Azar. Em seu livro “The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Practice”, Azar (1990) argumentou que as teorias prevaletentes em estudos de conflito à época tinham limitações. Em primeiro lugar, os teóricos tradicionais tenderiam a analisar conflitos através de uma dicotomia rígida entre as dimensões interna e externa dos Estados. A primeira –

<sup>6</sup> Os parênteses ao lado de cada país indicam se o conflito armado foi ligado à composição do governo nacional (“governo”) ou se foi pela autonomia política de um território (“Palestina”, “Karen”, “Shan”, etc.)

estudada por sociólogos, antropólogos e psicólogos – consistiria em assuntos como guerras civis, golpes e protestos; a segunda – analisada por acadêmicos de relações internacionais – abarcaria guerras e crises interestatais, por exemplo. Além disso, haveria uma tendência a focar apenas em conflitos abertos e violentos, e a enxergar na cessação da violência o fim de um conflito. Isso ignora aspectos latentes e não violentos do mesmo, como fatores estruturais de exclusão econômica e política que podem contribuir para uma nova intensificação do conflito (AZAR, 1990 apud RAMSBOTHAM, 2005).

Em contraste com as teorias que considerava tradicionais, Azar defendia que muitos dos conflitos então ativos em várias partes do mundo eram caracterizados por fronteiras mal delimitadas entre atores e fontes internas e externas. Além disso, esses conflitos refletiam causas, atores e objetivos múltiplos e dinâmicos; e, de maneira geral, não eram marcados por pontos de início e fim claros. Assim, o autor criou um modelo para a análise de conflitos sociais prolongados (“protracted social conflict”), conflitos persistentes e violentos cuja fonte principal é a privação de necessidades humanas – em especial, ligadas às identidades comunitárias, à segurança, ao desenvolvimento e ao acesso político. Esses conflitos ocorreriam principalmente dentro e através de Estados, e não exclusivamente entre Estados (AZAR, 1990 apud RAMSBOTHAM, 2005).

Posteriormente, com o fim da Guerra Fria e o aumento da proporção de conflitos armados não interestatais, vários outros acadêmicos passaram a dar mais atenção aos mesmos. Um dos discursos utilizados foi o de “novas guerras”, enfatizando fatores como a redução de custos e o aumento da disponibilidade de armas e uma mudança nas funções e táticas de guerra – aparentemente mais voltadas para a perpetuação de ganhos associados à violência que à vitória militar. Cresceu um debate entre acadêmicos que consideravam como fator principal para a eclosão de conflitos a ambição (“greed”)<sup>7</sup> ou o ressentimento (“grievance”)<sup>8</sup> – em outras palavras, entre aqueles que enfatizavam o papel de agendas econômicas na eclosão de um conflito e aqueles que focavam na reparação de injustiças (RAMSBOTHAM, 2005).

---

<sup>7</sup> Ver Collier (2000).

<sup>8</sup> Ver Azar (1990); Greenfeld (1992).

Outros estudiosos, por sua vez, buscavam compreender conflitos prolongados por uma ótica diferente: a partir da sua própria dinâmica. Sugeriu-se, por exemplo, que fatores como violência contra civis, grande fluxo de refugiados e comunidades de diáspora<sup>9</sup> contribuem para o prolongamento do conflito (NILSSON; KREUTZ, 2010).

Outro autor que buscou compreender a dinâmica que conduzia ao prolongamento de certos conflitos foi Coleman (2011). Suas tentativas iniciais foram no sentido de encontrar os fatores causais mais frequentes em tais conflitos. Tal empreitada, porém, o conduziu ao encontro de cinquenta e sete “essências”<sup>10</sup> dos conflitos considerados intratáveis, isto é, duradouros e resistentes a esforços de paz. Assim, concluiu que a explicação deveria estar não em qualquer um desses inúmeros fatores, e sim em algo ainda mais básico: a forma como eles se conectam e organizam e, principalmente, se apóiam e reforçam. Em outras palavras, a essência do prolongamento desses conflitos seria a sua organização como sistemas complexos.

A visão de Coleman é uma das bases teóricas para o modelo de análise adotado neste trabalho, o qual será apresentado de maneira mais profunda no segundo capítulo. Para melhor compreendê-lo, porém, é importante que se examine o conceito de sistemas complexos e os instrumentos utilizados em sua análise. O esclarecimento desta abordagem é o objetivo da próxima subseção.

## **1.2. Complexidade e pensamento sistêmico**

Nesta seção, é apresentada uma abordagem que se tem popularizado em diversas áreas do conhecimento, e que começa a se fazer presente também no estudo de conflitos prolongados: a análise de fenômenos sociais como sistemas complexos. Primeiro, discutem-se as principais características de um sistema complexo, bem como outros conceitos associados aos seus estudos. Em seguida,

---

<sup>9</sup> Comunidades exiladas do país em conflito, que podem contribuir para o seu prolongamento por meio do apoio às partes armadas. Essas comunidades são geralmente menos abertas à possibilidade de concessões que grupos locais, como visto no caso do IRA na Irlanda do Norte (NILSSON; KREUTZ, 2010).

<sup>10</sup> Tais fatores, comuns a diversos conflitos prolongados, incluíam a manipulação de diferenças étnicas, violência estrutural contra grupos menos poderosos, contágio emocional e agendas ocultas interessadas no conflito aberto (COLEMAN, 2011).



são apresentadas algumas instâncias do uso dessa abordagem no campo das ciências sociais, incluindo as relações internacionais. Assim, serão identificadas bases para o modelo discutido no próximo capítulo, no qual conflitos prolongados são apresentados como sistemas complexos.

Ao fim do século XX, Fritjof Capra (1996) já alertava sobre a crucialidade do pensamento sistêmico para o enfrentamento de desafios atuais, em especial no caso das ameaças ao meio ambiente e de problemas sociais. Segundo ele,

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. [...] A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria. (CAPRA, 1996, p. 14).

Segundo Capra (1996), problemas como esses deveriam ser vistos como facetas de uma única crise: tratar-se-ia de uma crise de percepção, causada pelo fato de enfrentarmos novos desafios com paradigmas científicos do início do século XX. Os líderes de seu tempo ainda teriam dificuldades em reconhecer o caráter complexo dos problemas, e a pensar soluções que levassem em conta tal caráter, por estarem presos a modelos mentais obsoletos. Como resposta a essa crise de percepção, Capra (1996) propõe que se difunda um novo paradigma que chama de “ecologia profunda” no qual os seres humanos são apenas um fio particular interligado à grande teia da vida. O pensamento sistêmico e, mais recentemente, a complexidade têm se difundido de diversas maneiras no campo das ciências sociais<sup>11</sup>.

Sistemas podem ser compreendidos como conjuntos de unidades em interação, as quais se impactam mutuamente. Alguns desses sistemas, devido à forma e aos efeitos das interações entre as unidades, podem ser caracterizados como complexos, como será visto ao longo deste capítulo. É importante, contudo,

---

<sup>11</sup> Em campos como a cibernética e a matemática aplicada, sistemas complexos já vinham sendo estudados e teorizados desde as décadas de 1940 e 1950, desdobrando-se em áreas como a teoria do caos e a análise de sistemas complexos adaptativos. Neste trabalho, porém, optou-se por focar nas aplicações que tem sido feitas à área de ciências sociais, como visto ao longo deste capítulo.

diferenciar sistemas complexos de sistemas apenas “complicados”. Um exemplo de sistema complicado seria o motor de um carro. Neste, cada uma das partes pode ser essencial para o funcionamento adequado do sistema, porém as partes são peças independentes cujas ações tem efeitos reconhecíveis. A remoção do radiador do carro, por exemplo, não transforma todo o funcionamento do sistema, apenas faz com que o mesmo se supraqueça e por isso, eventualmente, deixe de funcionar. Outras peças, contudo, não teriam seu funcionamento fundamentalmente alterado por isso (MILLER; PAGE, 2007).

Um exemplo de sistema complexo, por sua vez, seria uma revoada de pássaros: um grupo voará numa determinada formação que independe da decisão de cada pássaro ou até da substituição de vários deles. A formação da revoada depende, portanto, do próprio conjunto de interações entre os pássaros, e não apenas da soma dos trajetos de cada pássaro. De maneira análoga, não é suficiente compreender o comportamento de cada parte de um sistema complexo para entendê-lo como um todo. Deve-se, ainda, analisar a natureza da interação entre as partes e os padrões gerais resultantes. A premissa é que um sistema complexo assume comportamentos diversos da soma das interações individuais de seus agentes (MILLER; PAGE, 2007).

Sistemas complexos apresentam três características importantes: emergência, conseqüências não-intencionais e auto-organização. A primeira refere-se à forma como padrões complexos e estruturas coerentes emergem de uma série de interações simples. A segunda, ao fato de que nem sempre é possível prever os impactos da alteração de algumas dessas interações simples sobre os padrões emergentes gerais. A terceira enfatiza a forma como tais padrões gerais emergem de ações mais ou menos independentes das partes que compõem um sistema, e se auto-organizam sem a necessidade de uma força total que imponha tais atitudes sobre as partes (COLEMAN, 2011).

O conceito de emergência é essencial para a compreensão da robustez de certos sistemas complexos a mudanças menores em seus componentes. Isso está ligado à emergência de uma força auto-organizadora a partir das interações de seus componentes básicos. Um exemplo seria a capacidade dos mercados de ajustarem oferta e demanda por meio do estabelecimento de preços: ainda que

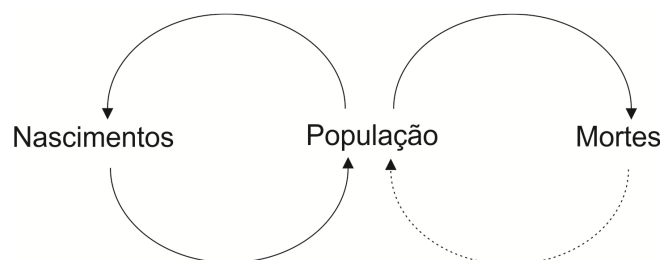
novos comerciantes e produtos sejam introduzidos ou removidos, o sistema tende a manter tal capacidade, que independe da decisão individual de qualquer um dos atores. Apenas mudanças extremas, como a formação de um monopólio, são capazes de alterar fundamentalmente tal comportamento do sistema ou de conduzir ao seu colapso (MILLER; PAGE, 2007)<sup>12</sup>.

Outro elemento importante para a compreensão de sistemas complexos são os ciclos de *feedback*. Estes surgem quando as interações entre os agentes não são independentes, afetando-se mutuamente. Um ciclo de *feedback* pode ser definido como

um arranjo circular de elementos ligados por vínculos causais, no qual uma causa inicial se propaga ao redor das articulações do laço, de modo que cada elemento tenha um efeito sobre o seguinte, até que o último "realimenta" (feeds back) o efeito sobre o primeiro elemento do ciclo. (CAPRA, 1996, p. 49)

Quando uma interação inibe outra interação que compõe um sistema, dizemos tratar-se de um *feedback* negativo, contribuindo para a estabilização do sistema; e quando uma interação faz com que outra se reforce, trata-se de um *feedback* positivo, que amplifica possíveis mudanças e contribui para a instabilidade do sistema. Essas características contribuem para que a análise das interações individuais seja insuficiente para a compreensão dos padrões que emergem do sistema, ou seja, para que o todo seja qualitativamente diferente da soma das interações que o compõem (partes).

Um exemplo ilustrativo dos ciclos de *feedback* seria a relação entre uma determinada população, a quantidade de nascimentos e de a de falecimentos:



**Figura 1.** Diagrama da relação entre população, nascimentos e mortes (autoria própria).

<sup>12</sup> Outro exemplo de propriedade emergente de sistemas complexos seria a interconexão entre diversos sítios da internet. Apesar da inexistência de qualquer ordenamento centralizado da rede, a interconexão entre os diversos sítios faz com que, com pouquíssimos cliques, seja possível chegar a páginas sem qualquer conexão aparente. Ou seja, a formação de uma rede na qual é possível chegar de um nó a outro de forma cada vez mais próxima é uma propriedade que emerge do crescimento da internet (BARABASI; JEONG; ALBERT, 1999)

No diagrama, as linhas contínuas representam relações de reforço, e a pontilhada representa a inibição. No caso, quanto maior a população em questão, mais nascimentos e mortes acontecerão no local. Além disso, quanto mais nascimentos, maior a população. Por outro lado, quanto mais mortes ocorrerem, menor a população local. Dessa forma, é possível perceber como uma alteração em qualquer uma das variáveis conduz a transformações em todo o sistema. Por exemplo, a redução da variável inibidora (a taxa de mortalidade) pode promover um desequilíbrio, conduzindo a uma escalada da população; enquanto uma política que busque reduzir as taxas de natalidade pode contribuir para o equilíbrio do sistema.

Os conceitos discutidos acima constituem o que Capra (1996) considera um dos grandes fios do pensamento sistêmico: o pensamento processual. O pensamento sistêmico é processual por considerar que as estruturas são expressões de processos subjacentes, que podem ser representados na forma de fluxos e ciclos de *feedback*. O segundo grande fio seria o pensamento contextual, que consiste em enxergar atores e fluxos como partes de redes maiores, uma visão que se popularizaria entre analistas de desafios atuais como o terrorismo, os movimentos sociais e as redes transnacionais de produção, entre muitos outros. Este segundo fio será exemplificado mais à frente neste capítulo.

A seguir, veremos alguns modelos que analisam fenômenos sociais por meio de abordagens sistêmicas, culminando com a abordagem da complexidade, de forma a ilustrar as propriedades analisadas até aqui.

### ***1.2.1. Complexidade nas ciências sociais e nas relações internacionais***

Agentes sociais interagem e se conectam a todo instante. Conforme essas interações se dão em distâncias e velocidade crescentes, a quantidade de oportunidades e desafios que resultam da complexidade dessas interações se torna também mais evidente. Em áreas como o desenvolvimento sustentável, o combate ao terrorismo e a prevenção de epidemias globais, por exemplo, se propõem soluções que abracem sua complexidade, ao invés de negligenciá-la.

Entretanto, a ideia de abordar determinados fenômenos sociais de maneira sistêmica, analisando os padrões que emergem de sistemas complexos, não é recente. Já em 1776, por exemplo, Adam Smith discutia em seu livro “A Riqueza das Nações” o conceito que ficaria conhecido como “mão invisível”, modelando o processo pelo qual as ações de agentes auto-interessados levam à emergência de estruturas de mercado com propriedades que independem de intenções individuais (MILLER; PAGE, 2007).

Outro importante exemplo de abordagem a fenômenos sociais como sistemas complexos pode ser encontrada nas raízes da sociologia moderna, nos trabalhos de Émile Durkheim. Em “As Regras do Pensamento Sociológico” (2008[1895]), por exemplo, Durkheim se propõe a explicar os chamados “fatos sociais”. Estes seriam fenômenos exteriores às consciências individuais, e exerceriam mesmo uma espécie de coerção sobre as mesmas<sup>13</sup>. Durkheim considerava crucial compreender a forma como a interação entre consciências individuais conduzia à formação de um todo qualitativamente diferente da soma das partes.

No próprio campo das relações internacionais, alguns estudiosos defenderam a validade de abordagens sistêmicas. Um exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Kenneth Waltz, segundo o qual uma análise pautada pela estrutura de distribuição de recursos de poder entre os Estados seria mais adequada para a compreensão da política internacional, em comparação com abordagens reducionistas voltadas para a natureza dos Estados ou de suas interações<sup>14</sup> (WALTZ, 1979).

---

<sup>13</sup> Em outras palavras, para o autor, o fato social é “uma resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre as consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas, é em virtude da energia especial que deve justamente à sua gênese coletiva” (DURKHEIM, 2008[1895], p. 37).

<sup>14</sup> Outro exemplo pode ser encontrado no livro “A Sociedade Anárquica”, escrito em 1977 por Hedley Bull e considerado um expoente da Escola Inglesa de teoria das relações internacionais. Neste, Bull (2002 [1977]) estabelece uma analogia entre as sociedades formadas por indivíduos e o que ele chama de sociedade internacional, composta principalmente por Estados. Ele também diferencia sistemas internacionais – nos quais a interação entre as unidades gera impactos recíprocos suficientes para que elas se conduzam como partes de um todo, considerando-se como fatores de cálculo – e sociedades internacionais. Estas últimas seriam sistemas específicos, nos quais os membros se consideram ligados por um conjunto comum de regras e instituições, que refletem certos valores e interesses compartilhados.

Em âmbitos diferentes, autores como Émile Durkheim e Kenneth Waltz argumentaram pela insuficiência de abordagens reducionistas – voltadas para os atributos e interações entre as unidades – na análise de fenômenos de caráter sistêmico, ou estrutural. Da exterioridade de tais fenômenos com relação às unidades do sistema decorreria a necessidade de analisá-los separadamente. Por outro lado, abordagens mais recentes a sistemas complexos têm perseguido uma espécie de terceira via: buscam compreender a forma como interações entre as unidades se organizam na formação de um todo coerente, e qualitativamente diverso da soma das partes. Em outras palavras, o próprio processo pelo qual padrões gerais emergem a partir de interações individuais torna-se um objeto de estudo. Deve-se analisar, portanto, tanto a natureza das unidades quanto a dos padrões gerais, buscando compreender como os segundos emergem a partir dos primeiros.

Uma tentativa mais recente da aplicação de tais conceitos à política internacional pode ser encontrada no paradigma pós-internacional proposto por Rosenau. Este paradigma presume que a aceleração da mudança e o aprofundamento da complexidade seriam grandes tendências mundiais, resultando na emergência de múltiplas dinâmicas contraditórias nas relações entre diversos atores. Assim, o rótulo criado para o novo paradigma apontaria para a erosão de padrões anteriormente existentes, ainda que não fosse possível definir com precisão os novos padrões emergentes – conduzindo a um cenário de imprevisibilidade e turbulência na política internacional. Algumas fontes dessa turbulência seriam a proliferação de atores, o enfraquecimento dos Estados e a globalização de economias nacionais (ROSENAU; DURFEE, 2000).

Outro caminho que tem sido utilizado para a compreensão de sistemas sociais complexos é o conceito de redes. Nas palavras de Barabasi (2002, p. 7) “networks are present everywhere”. Analisar suas características e a forma como emergem e se desenvolvem pode ajudar na compreensão de fenômenos como a internet e questões de segurança cibernética, a formação de redes terroristas e de sua robustez ou mesmo o desenvolvimento de movimentos sociais. Assim, a partir da identificação dos nós dessas redes e das conexões que se desenvolvem entre esses nós, torna-se possível identificar, por exemplo, os agentes mais influentes da

rede – aqueles que desenvolvem maior número de conexões, impactando, portanto, uma parte maior da rede com suas decisões<sup>15</sup>.

A noção de redes ilustra a aplicação dos aspectos contextuais, nas palavras de Capra (1996), do pensamento sistêmico. Ou seja, partem do mapeamento da interligação e dos fluxos que compõem um sistema complexo para compreender os padrões que nele emergem. Outros aspectos processuais do pensamento sistêmico, como o reconhecimento de ciclos de *feedback*, também têm sido aplicados a temáticas das ciências sociais, entre elas a análise e transformação de conflito. Esta aplicação será apresentada com maior profundidade ao longo do próximo capítulo.

\*\*\*

Como visto, conflitos armados prolongados são aqueles que se estendem por décadas, resistindo a diversas tentativas de transformação. Com frequência, a duração e a resistência desses conflitos geram a impressão de impossibilidade de resolução. Confrontados com essa realidade, estudiosos buscaram compreender as variáveis comuns a esses conflitos, reduzindo-os à presença de fatores como Estados frágeis, interesses econômicos ou identidades nacionais.

Tais abordagens lineares, porém, correm paralelamente às preocupações daqueles que buscam transformar de maneira concreta a realidade de tais conflitos. Estes atores – que incluem, por exemplo, acadêmicos, políticos, membros de organizações da sociedade civil e cidadãos comuns – encontram realidades que não resultam linearmente de qualquer desses fatores e sim de incontáveis interações em múltiplos níveis e escopos temporais. Fazem-se necessárias, portanto, ferramentas que permitam a esses atores abarcarem a complexidade da situação que enfrentam, de uma maneira que lhes restaure as possibilidades de compreensão e ação.

---

<sup>15</sup> No estudo da política internacional, há também tentativas de análise por meio da abordagem de redes. Anne-Marie Slaughter (2009), por exemplo, sugere que no mundo atual, os mais diversos âmbitos sociais se expressam em redes, como a guerra, a diplomacia, a sociedade e a religião. Num mundo com tais características, a principal medida do poder seria a capacidade de estabelecer conexões, e o Estado com maior capacidade – para a autora, atualmente os Estados Unidos – se torna um ator central.

Para auxiliar a compreensão de conflitos prolongados de maneira útil aos diversos atores que procuram transformá-lo, uma das abordagens que tem sido utilizada é a dos sistemas complexos. Na segunda parte deste capítulo, foram expostos alguns conceitos importantes para a aplicação desta abordagem, como os ciclos de *feedback* compostos pelas interações de reforço ou inibição entre os fatores que compõem um sistema. A forma como essa abordagem, crescentemente utilizada nas ciências sociais, pode ser aplicada à análise e transformação de conflitos armados prolongados será o objeto do próximo capítulo.



## **Capítulo 2**

### **Transformação de conflitos prolongados e pensamento sistêmico: modelo de análise**

No primeiro capítulo deste trabalho, foram apresentados alguns esforços analíticos acerca de conflitos armados, incluindo conflitos prolongados. Também no primeiro capítulo, foram apresentados alguns dos principais elementos da abordagem da complexidade, que, embora se tenha desenvolvido principalmente em estudos matemáticos, também é útil para a análise de diversas questões sociais e internacionais.

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a utilidade do conceito de sistemas complexos para a compreensão e a transformação de conflitos armados de caráter prolongado. Sua primeira parte consiste na aplicação de conceitos ligados à complexidade sobre o estudo de conflitos prolongados; enquanto a segunda discute a forma como tentativas de transformação de conflitos podem se ajustar ao caráter complexo dos mesmos.

#### **2.1. Conflitos prolongados como sistemas complexos**

No capítulo anterior, foi apresentado o conceito de sistemas complexos e alguns elementos utilizados tradicionalmente em sua análise. Conforme visto, os comportamentos de um sistema complexo emergem a partir das interações entre suas partes, e são qualitativamente diferentes da soma dessas interações. Isso ocorre porque essas interações são interligadas e interdependentes. Abordagens lineares, focadas em interações individuais específicas, podem ser insuficientes para a compreensão desses padrões gerais, duradouros e resistentes.

Nesta seção, apresenta-se um modelo por meio do qual os conceitos acima são utilizados para a análise de conflitos prolongados. Este modelo será baseado, principalmente, nas ideias de Peter Coleman, exploradas em seu livro “The Five Percent: Finding solutions to seemingly impossible problems” (2011). O título se refere à estimativa de que, entre os conflitos internacionais ocorridos desde 1816,

apenas cerca de 5% foram considerados intratáveis: duraram mais de vinte anos, a despeito de múltiplas tentativas de resolução (DIEHL; GOERTZ, 2001 apud COLEMAN, 2011). Assim, ao longo do livro, o autor utiliza termos como “intractable” e “five percent conflicts” para se referir a conflitos internacionais, sociais ou interpessoais com tais características. Como essas características remetem principalmente à extensão temporal do conflito, optou-se neste trabalho pelo termo “conflitos prolongados”.

Segundo Coleman (2011), a forma como indivíduos e grupos se comportam no contexto de tais conflitos se aproxima do comportamento de sistemas complexos em geral. Assim, com base em estudos desenvolvidos anteriormente sobre sistemas complexos, torna-se possível modelar a forma como esses conflitos desenvolvem padrões sólidos, se estabilizam e resistem a mudanças.

A complexidade dos conflitos prolongados estaria ligada ao fato de os mesmos resultarem de um conjunto de diversas questões e ações interligadas e interdependentes. Essas conexões podem ser representadas graficamente em ciclos de *feedback*, na medida em que se reforçam ou inibem mutuamente. Segundo Coleman (2011), conforme as diversas questões, interações e emoções envolvidas no conflito passam a se reforçar mutuamente, as mesmas se transformam num sistema coeso, que desenvolve padrões estáveis e resistentes a tentativas localizadas de mudança.

A análise sistêmica é mais adequada ao estudo de conflitos prolongados que o pensamento linear frequentemente utilizado nas ciências sociais. É inegável que análises de conflitos voltadas especificamente para o papel de instituições estatais sólidas, para os interesses de atores racionais na manutenção do conflito ou para a mobilização de sentimentos nacionalistas, por exemplo, aportam explicações importantes para o estudo de conflitos armados. Contudo, tentativas de promoção da paz pautadas por explicações unilineares do conflito podem causar uma série de impactos negativos não intencionais sobre a realidade, graças à inexistência de uma compreensão mais sistêmica do mesmo.

Para que se compreenda como certos conflitos se tornam engessados e resistentes por décadas, é importante analisar os diversos fatores que os compõem, interagindo e se alimentando mutuamente. A partir dessas interações,

reforços e inibições, emergem fenômenos cuja causa não é simples (X -> Y), e sim composta. A partir de uma visão mais ampla dos diversos fatores que interagem, e dos quais emerge um determinado conflito, torna-se possível perceber diferentes caminhos potenciais de ação, e enfatizar a transformação de padrões de interação para além da obtenção de resultados específicos – como acordos de paz (ROPERS, 2008).

As ideias apresentadas acima podem ser resumidas da seguinte maneira:

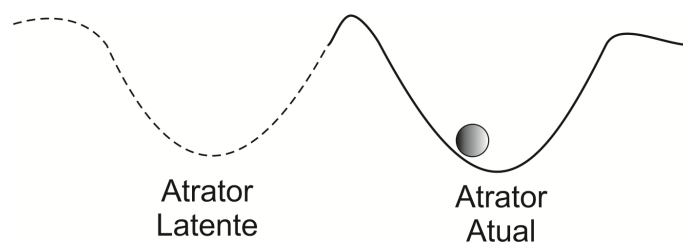
Our new understanding of these problems is both complex and simple. It is complex because it is mindful of the facts that (1) all such conflicts are unique, (2) they usually involve a host of distinct subproblems that interact and influence each other in weird ways, and (3) they are always changing and therefore hard to nail down, diagnose, and resolve effectively. However, our view of the 5 percent is also simple because it suggests that no matter what the issues are, or how they got started, or who is involved, at some point they are really about how they *organize*. That they become very tightly coupled and closed self-perpetuating systems that spread, impervious to outside influence (COLEMAN, 2011).

Um importante conceito do estudo da complexidade utilizado por Coleman (2011) é o de “atratores”, padrões organizados de comportamento dos sistemas que emergem, duram e atraem. Aplicados ao caso dos conflitos prolongados, a ideia de atratores ilustra padrões de comportamentos que atraem os indivíduos a repetirem-nos de maneira contínua e automaticamente, mesmo quando essa repetição não lhes convenha racionalmente. Esses atratores se formam a partir de interações e experiências passadas e presentes.

O conceito de atratores está intrinsecamente ligado ao de ciclos de *feedback* apresentado anteriormente. Como visto, estes ciclos se formam quando as interações que compõem um sistema não são independentes; ao contrário, cada uma delas pode reforçar ou inibir outras interações, de forma cíclica. Um atrator, por sua vez, é um padrão de interações que se torna mais “forte” quando predominam conexões de reforço entre suas partes, isto é, a maior parte das interações se move na mesma “direção”. Por outro lado, se aumenta a quantidade de fatores que inibem outras partes de um ciclo – por exemplo, se diminui a impunidade num contexto marcado por ciclos de reforço da violência – diz-se que o atrator em questão está mais “fraco” (COLEMAN, 2011).

A partir de tais conceitos, Coleman desenvolve o que chama de Modelo do Panorama de Atratores (“Attractors Landscape Model”), criado a partir de conflitos internacionais e intraestatais que foram considerados intratáveis, mas que teoricamente pode ser aplicado a uma série de outros conflitos interpessoais complexos que resistem a mudanças através dos tempos.

Uma forma de ilustrar o panorama de atratores de um determinado conflito seria a seguinte figura:



**Figura 2.** Panorama de atratores de um conflito (COLEMAN, 2011).

Nesta, é possível ver que a situação atual, representada pela bola, encontra-se presa atualmente por certo atrator, representado por um vale. No mesmo sistema de forças, pode haver outros atratores, que se encontram latentes no presente momento e são metaforicamente representados por outros vales. Certos atratores são mais “fortes” que outros, e por isso mais difíceis de resistir, mesmo quando há intervenção externa (como a presença de um time de resgate); essa característica é representada pela profundidade do vale (COLEMAN, 2011). É possível, portanto, que no presente momento certo conflito esteja preso num atrator de relações destrutivas; mas que, paralelamente, esteja se fortalecendo também um atrator latente de relações construtivas.

Na prática, isso poderia ser ilustrado por uma situação na qual determinados grupos étnicos convivessem em relativa harmonia, porém de forma aparentemente súbita se engajassem num episódio de genocídio. É provável, nesse caso, que um atrator destrutivo estivesse se desenvolvendo anteriormente de maneira latente, por meio da manutenção de certas memórias e mitos desumanizadores do Outro, que foram rapidamente mobilizados por um grupo interessado na eclosão do genocídio. Mesmo durante o genocídio, contudo, é bastante possível que as memórias e as relações interpessoais do tempo de paz não desapareçam por completo; ao contrário, elas compõem um atrator de

relações construtivas que se tornou latente, porém que pode retornar com o fim da violência.

Assim, conflitos prolongados seriam especiais por apresentarem um panorama de atratores no qual estes são bastante fortes, especialmente no caso do atrator destrutivo no qual o conflito se encontra preso. Os atratores construtivos, quando existentes, são latentes e geralmente mais fracos – isto é, há menos fatores que reforçam os ciclos de *feedback* das relações construtivas. Tendo em mente a noção de atratores atuais e latentes, é possível ir além da tentativa de atacar as causas aparentes do conflito, de forma linear; torna-se importante, também, inserir fatores que inibam ciclos de reforço das hostilidades, e que fortaleçam atratores latentes para a paz.

## **2.2. Transformação sistêmica de conflitos prolongados**

Diferentes termos já foram usados por aqueles que, ao analisarem conflitos, buscavam responder à pergunta de Waltz (1959) apresentada no capítulo anterior: Como podemos reduzir a incidência de conflitos violentos e aumentar a incidência da paz? Termos frequentemente utilizados como resposta incluem “resolução de conflitos”, “administração de conflitos” e “construção da paz”. Mais recentemente, um novo termo tem se fortalecido, especialmente entre os profissionais da área: a “transformação de conflitos”. Este termo traz consigo uma série de implicações para a teoria e para a prática da promoção da paz, as quais são brevemente apresentadas a seguir. Posteriormente, é discutida a abordagem sistêmica à transformação de conflitos, e como essa abordagem pode ser ajustada à análise de conflitos prolongados como sistemas complexos de Coleman (2011).

A transformação de conflitos pode ser definida como o processo de transição de sistemas habituados ao conflito para sistemas de paz. O foco recai sobre a mudança sistêmica, incluindo a transformação de padrões que alimentam o conflito violento. Assim, esta perspectiva se propõe a superar limitações atribuídas à ideia de “resolução”, sendo uma delas a percepção de que conflitos podem ter um fim claramente identificável, por meio de uma vitória militar ou da assinatura de um acordo, por exemplo; ou pode ser declarado intratável, impossível de resolver.

Segundo a abordagem da transformação de conflitos, a “resolução” das questões disputadas entre as partes seria importante, porém insuficiente: o mais crucial nesses casos seria a promoção de transformações sociais sistêmicas. Sistemas, afinal, não podem ser resolvidos, e sim transformados (BOTES, 2003)<sup>16</sup>.

Para Lederach (2003), a perspectiva da transformação de conflitos pode ser comparada a um conjunto de lentes, no qual cada uma delas é necessária para que se possa, a um tempo, focar em diferentes aspectos da complexidade da conflito e criar uma imagem do todo. Ao invés de apenas olhar para episódios isolados do conflito, esta perspectiva busca entender como tais episódios se inserem em padrões maiores de relacionamento humano; e a transformação deve se processar tanto nas situações e questões imediatas quanto nos padrões mais amplos de interação. Dessa forma, a própria paz e as tentativas de promovê-la devem estar centradas na qualidade dos relacionamentos humanos, e na forma como relações sociais, políticas, econômicas e culturais são estruturadas. A paz vai além de um estado final que se alcança por meio de um acordo, consistindo na qualidade de relações humanas que se desenvolve e transforma continuamente (LEDERACH, 2003).

A transformação de conflitos sociais pode se dar, segundo Lederach (2003), em quatro dimensões: *pessoal*, que consiste em minimizar os efeitos destrutivos sobre o indivíduo e maximizar seu potencial de crescimento físico, emocional e espiritual; *relacional*, minimizando as falhas de comunicação e maximizando o entendimento; *estrutural*, que consiste em compreender e atacar raízes do conflito violento, promover mecanismos de não-violência e promover a satisfação de necessidades básicas e participação política; e *cultural*, pela identificação de padrões culturais que contribuem para a emergência de expressões violentas do conflito, e de recursos culturais para administrá-lo de maneiras construtivas. Ao ter presentes essas dimensões é possível pensar numa miríade de formas de transformar o conflito, indo desde a mediação de negociações até iniciativas de

---

<sup>16</sup> O argumento de que existe tal diferença fundamental entre as perspectivas de resolução e transformação de conflitos não é consensual, visto que certos autores que usam o primeiro termo também incluem, nele, a necessidade de mudanças sistêmicas (BOTES, 2003). Contudo, é possível argumentar que a alteração na terminologia enfatiza essa mudança de foco da “finalização” do conflito para a promoção de uma paz sustentável, que justificaria a transição da ideia de resolução para a de transformação.

educação para a paz, espaços de interação entre grupos diversos da sociedade ou a oferta de serviços psicológicos para indivíduos traumatizados.

Em outras palavras, a transformação de conflitos passa por ações em diferentes espaços temporais. O desafio é construir uma base capaz de se adaptar e responder de forma criativa a necessidades e episódios imediatos e, simultaneamente, transformar padrões relacionais e sistêmicos que alimentam expressões violentas do conflito no médio e longo prazo (LEDERACH, 2003).

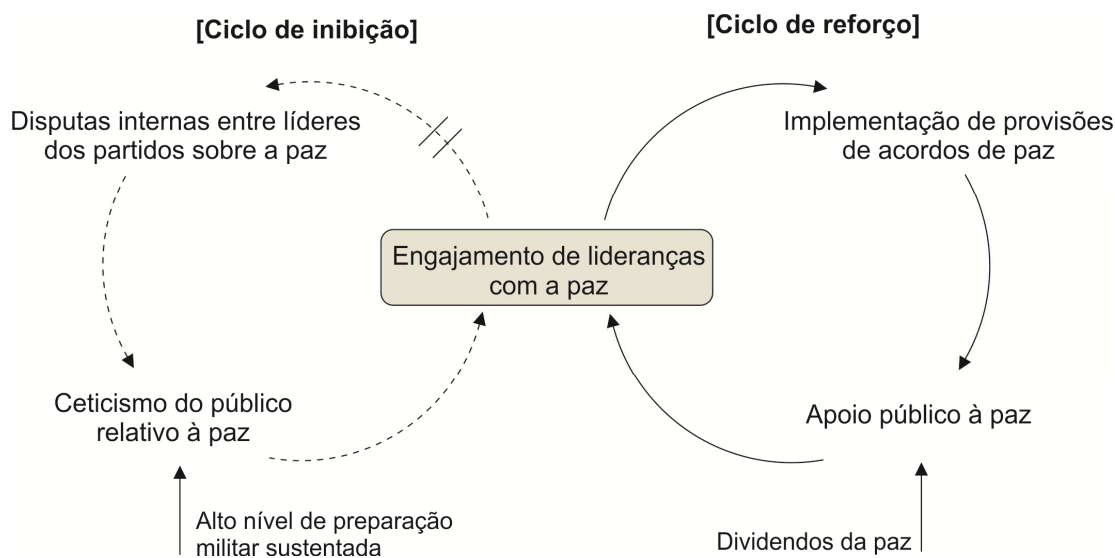
Outros autores sugerem que o pensamento sistêmico, esboçado na tentativa de Lederach de associar fatores imediatos a padrões gerais, pode ser aprofundado para a elaboração de práticas mais efetivas de transformação social. Em outras palavras, pode ser mais efetivo compreender a dinâmica sistêmica de um conflito do que buscar causas – superficiais ou profundas – para consertar, já que muitas vezes essa dinâmica gera novos problemas bastante diferentes do conflito inicial (KÖRPPEN; SCHMELZLE, 2008).

Um dos principais mecanismos para incorporar o pensamento sistêmico à transformação de conflitos está ligado à análise de ciclos de *feedback*, como visto no trabalho de Coleman (2011). Com isso, enfatiza-se que, quando se tenta promover a paz num contexto de conflito violento, nem sempre a lógica linear de “quanto mais esforços melhor” é aplicável. Daí a importância de analisar a interação entre os diversos fatores de forma a compreender possíveis impactos indesejáveis dos esforços de paz, e a potencializar seus impactos positivos (KÖRPPEN; SCHMELZLE, 2008).

A aplicação desta abordagem é exemplificada pelo diagrama a seguir (Figura 3). No centro do diagrama está representado o nível de apoio dos líderes de duas partes de um conflito a esforços de paz. Esse apoio é influenciado por dois ciclos, um de reforço e um de inibição, o que faz com que seu desenvolvimento não seja linear. O ciclo de reforço, indicado por linhas contínuas, indica que quanto mais forte esse apoio, mais provável a implementação de acordos de paz, o que favorece o apoio público ao processo. Além disso, a geração de dividendos da paz para grupos da sociedade também alimenta o ciclo de reforço.

Já o ciclo de inibição, indicado à esquerda com linhas pontilhadas, indica fatores que atuam contra o engajamento das lideranças envolvidas com esforços de

paz, como as diferenças internas das partes – existentes na maioria dos conflitos prolongados – e o ceticismo da população. Os riscos sobre a relação entre o engajamento de lideranças com a paz e as disputas internas das partes indicam um atraso (*delay*) no impacto do primeiro fator sobre o segundo (KÖRPPEN; SCHMELZLE, 2008).



**Figura 3.** Exemplo de diagrama de análise de conflitos (KÖRPPEN; SCHMELZLE, 2008). Tradução livre.

O diagrama ajuda a compreender por que processos de paz em conflitos complexos e prolongados tendem a ser frágeis e ambíguos, e por que nem sempre mais esforços se refletem em melhores resultados. Mesmo uma ação bem intencionada pode ter seus impactos reduzidos ou mesmo invertidos devido à interação com outros fatores do sistema.

Fica clara, portanto, a utilidade da abordagem sistêmica para a análise de conflitos prolongados e para tentativas de transformação dos mesmos. A identificação dos ciclos de *feedback* que atuam sobre o cenário de um conflito violento permite compreender melhor como este se tornou prolongado, e perceber possíveis resistências e consequências (desejadas ou não) de esforços de paz. Além disso, torna-se possível visualizar padrões gerais de interação e atuar sobre estes, ao invés de buscar somente objetivos específicos.

Coleman (2011) oferece sugestões mais específicas de como integrar a visão sistêmica à elaboração e implementação de tentativas de transformação do



conflito. Como visto na seção anterior, o autor utiliza a ideia de atratores como ilustração da forma como diversos ciclos de *feedback* se agregam e atraem as partes do conflito na direção da paz ou da violência. A partir da identificação dos atratores de um conflito, Coleman (2011) recomenda três práticas para a transformação sistêmica: “Complique para simplificar”, “Fortaleça e desconstrua” e “Mude para estabilizar”<sup>17</sup>.

A primeira prática, *complicar para simplificar*, consiste em mapear a complexidade do conflito de forma a compreendê-lo melhor. A ideia é que, em situações de conflito prolongado, existe um impulso para ignorar o caráter complexo da situação e enxergá-la como algo ultrassimplificado, por meio da busca por heróis e vilões ou por causalidades lineares. Coleman (2011) recomenda ir além de tal impulso, mapeando os diversos fatores envolvidos e a forma como estes interagem em ciclos, conforme visto anteriormente neste capítulo. Este mapeamento permite observar o balanço entre os ciclos que reforçam e inibem o conflito e a paz, bem como as portas de entrada para a ação que podem conduzir a resultados mais efetivos. O mapeamento pode ser feito de várias maneiras, dentre elas a que foi adotada neste trabalho: o mapeamento cronológico de eventos e interações relevantes para a compreensão de processos de escalada e enfraquecimento do conflito.

A segunda prática, “fortaleça e desconstrua”, está ligada à ação estratégica sobre o panorama de atratores explicado na seção anterior, e pode ser dividida em duas partes. Em primeiro lugar, após a identificação de atratores positivos latentes – isto é, “armadilhas” que atraem para relações pacíficas e construtivas – devem-se empreender esforços para fortalecer estes atratores. Na prática, isso pode ser feito por meio do reconhecimento e apoio às forças construtivas existentes no sistema e à criação de novas iniciativas, como espaços de diálogo e projetos compartilhados por grupos diversos da sociedade. De maneira geral, costuma haver mecanismos dentro do próprio sistema que atuam (ou tentam atuar) pela construção da paz, e pode ser positivo apoiar tais iniciativas ou reduzir obstáculos a elas. Iniciativas como essas, especialmente no nível local, são importantes para o estabelecimento de bases para uma paz sustentável no longo prazo (COLEMAN, 2011).

---

<sup>17</sup> No original, “complicate to simplify”, “build up and tear down” e “change to stabilize” (COLEMAN, 2011).

Além de fortalecer atratores construtivos, é necessário desconstruir atratores destrutivos, isto é, ciclos de *feedback* que reforçam o conflito violento. Uma das formas de buscar tal objetivo é inserindo fatores que inibam esses ciclos, tais como desincentivos (jurídicos, sociais ou econômicos) à violência, mecanismos de *early warning* que notifiquem oficiais acerca da escalada de tensões sociais ou étnicas e estruturas que atravessem diferentes grupos sociais (tais como times esportivos ou atividades culturais conjuntas), desencorajando a polarização (COLEMAN, 2011).

Finalmente, a terceira prática, “mude para estabilizar”, consiste em alavancar mudanças e se adaptar de maneira efetiva às circunstâncias de forma a alcançar soluções sustentáveis. Em outras palavras, esta prática consiste em fomentar a estabilidade por meio de diferentes estratégias de mudança, escolhendo dentre estas de acordo com sua adequação às circunstâncias e aos impactos desejados. Nesse sentido, Coleman (2011) categoriza potenciais estratégias de mudança, em função do nível de atuação e o tipo de efeitos almejados, como pode ser visto na matriz expressa na tabela 2, com alguns exemplos práticos.

**Tabela 2. Iniciativas de mudança sistêmica**

	<b>Episódicas</b>	<b>Duradouras</b>	<b>Radicais</b>
<b>Top-down</b>	<i>Peacekeeping</i> , Procedimentos jurídicos	Alteração de políticas	Mudança de quadros mentais
<b>Middle-out</b>	Apoio a líderes comunitários em crises	Ação junto a líderes intermediários	Iniciativas estratégicas, projetos da Ashoka
<b>Bottom-up</b>	Ajuda humanitária direta	Educação, socialização, tratamento para trauma	Ajuste de regras locais

Fonte: Adaptado de COLEMAN, 2011.

Com relação ao efeito sobre sistemas sociais, as estratégias de mudança podem ser de três tipos: 1) de efeitos *episódicos*, atuando no curto prazo de forma a fomentar a estabilidade em uma situação particular – por exemplo, em um

momento de crise; 2) de efeitos *duradouros*<sup>18</sup>, no caso de medidas que buscam influenciar de maneira mais profunda os padrões gerais de interação social que alimentam o prolongamento do conflito, no longo e médio prazos; e 3) de efeitos *radicais*, por meio das quais se busca alterar de forma drástica os atratores existentes por meio de medidas localizadas, focadas nos pontos mais cruciais do sistema (COLEMAN, 2011).

Quanto ao nível de atuação, por sua vez, as estratégias de mudança podem ser caracterizadas como: 1) *top-down*, envolvendo líderes e tomadores de decisão; 2) *middle-out*, envolvendo líderes intermediários (como membros da mídia, empresários, membros influentes de instituições locais), bem como estruturas e redes comunitárias; e 3) *bottom-up*, ligada a organizações comunitárias (“*grassroots*”) ou ao envolvimento direto das massas.

Assim, não há hierarquia entre as diferentes estratégias de acordo com sua categorização, e sim a necessidade de adaptar as escolhas feitas às circunstâncias cambiáveis do conflito e aos impactos desejados. Tal perspectiva é coerente com a atribuída anteriormente a Lederach (2003) na medida em que leva em conta a necessidade de lidar com questões imediatas e fatores sistêmicos; porém agrega àquela perspectiva a ideia de atratores construtivos e destrutivos a serem reforçados ou inibidos.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo foram discutidos conceitos e práticas ligados à abordagem da transformação sistêmica de conflitos prolongados. Em primeiro lugar, buscou-se demonstrar a utilidade do estudo de sistemas complexos para a compreensão de conflitos prolongados, através, principalmente, do modelo do panorama de atratores de Coleman (2011). Posteriormente, discutiu-se o conceito de transformação sistêmica de conflitos, e a forma como o pensamento sistêmico

---

<sup>18</sup> Originalmente, Coleman (2011) utiliza o termo “developmental” para esta categoria de medidas. Na tradução, porém, considerou-se que a tradução literal carregaria consigo conotações diferentes da desejada pelo autor, motivo pelo qual se optou por este termo.

pode contribuir para a articulação de estratégias de mudança no contexto de conflitos prolongados.

Segundo Lederach (2003), “the challenge to conflict transformation is how to make complexity a friend rather than a foe”. A complexidade de um conflito, especialmente quando este é construído ao longo de décadas de interações e episódios de violência, pode ser paralisante para os envolvidos. A natureza plural de conflitos prolongados, marcados por atores fragmentados, múltiplos níveis e padrões, contribui para a difusão de uma sensação de incerteza quanto ao que se passa, e de total falta de controle sobre a realidade. Nessas circunstâncias, é comum que proliferem simplificações para o conflito – como dicotomias entre o “lado bom” e o “lado mau” –, conduzindo a respostas inapropriadas para a construção de bases sustentáveis para a paz.

Ferramentas como o modelo discutido neste capítulo buscam dar sentido à complexidade que caracteriza os conflitos prolongados, restaurando aos atores envolvidos a possibilidade de compreensão e ação. Por meio da identificação de atratores e das práticas propostas por Coleman, a complexidade deixa de ser um obstáculo à compreensão e transformação do conflito e se torna uma fonte de possibilidades para a construção da paz. Tornam-se evidentes, a partir da utilização do modelo, os inúmeros caminhos que podem ser perseguidos pelos atores na transformação de sua realidade: desde a implementação de projetos de educação para a paz por comunidades locais ou da formação de redes de atores da sociedade civil, até a realização de negociações de alto nível. Dessa forma, o discurso da transformação sistêmica de conflitos, por meio da incorporação da complexidade, expande as janelas de possibilidade de ação e permite uma compreensão mais ampla dos impactos dessas ações.

Cabe observar que os modelos apresentados neste capítulo, tanto no caso de Coleman (2011) quanto de Lederach (2003), são principalmente orientados para a prática. Seu objetivo é prover orientação àqueles que buscam compreender conflitos violentos e transformá-los de maneira concreta. Neste trabalho, contudo, tais modelos são adaptados para uma utilização de caráter analítico. Enquanto Coleman e Lederach se propõem a auxiliar aqueles que buscam construir a paz, suas visões são aplicadas neste trabalho com o objetivo de avaliar os esforços de

construção de paz e sua eficácia, além de identificar entradas para a ação que estejam sendo negligenciadas.

Dessa forma, nos próximos capítulos, os conceitos aqui discutidos serão utilizados para a análise de um caso específico: o conflito colombiano e os esforços históricos de transformação do conflito em diversos níveis e momentos. Para essa análise, serão empregadas as três práticas mencionadas anteriormente: complicar para simplificar, fortalecer e desconstruir, e mudar para estabilizar.

## Capítulo 3

### Colômbia: histórico de um conflito prolongado

Defende-se, neste trabalho, que abordar conflitos prolongados como sistemas complexos é importante tanto para a compreensão de tais conflitos quanto para sua transformação. Neste capítulo, essa proposição será aplicada à análise de um caso específico: o conflito colombiano e as tentativas de transformação deste, abrangendo desde os confrontos armados de 1948-1958 (“La Violencia”) até os dias atuais.

Foram cruciais para a seleção do caso colombiano as próprias características do conflito: conforme visto anteriormente na tabela 1, tratou-se do quarto conflito mais prolongado desde a Segunda Guerra Mundial (NILSSON; KREUTZ, 2010). Outro fator que faz com que o conflito se destaque são as dimensões humanitárias atingidas pelo mesmo. Isso inclui o seu impacto massivo sobre a população civil, ilustrado pelo número de deslocados internos: cerca de 4,8 milhões de pessoas registradas entre 2000 e 2012, o que representa mais de 10% da população colombiana ou quase um quinto dos deslocados internos do planeta. Além disso, mais de 10 milhões de pessoas foram vitimadas pelo uso de minas terrestres, fazendo da Colômbia o segundo país com maior número de incidentes (ISAZA, 2013).

Os impactos do conflito se refletem inclusive na forma de externalidades sobre outros países, como visto no número de refugiados colombianos registrados até o fim de 2012: cerca de 394 mil, distribuídos por países como Equador, Venezuela, Panamá e Brasil. O número faz da Colômbia o oitavo principal país de origem de refugiados do mundo, e o primeiro das Américas, até 2012 (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 2013). Como será visto, a forma desproporcional como o conflito tem vitimado a população civil teve impactos consideráveis sobre os esforços de paz, e deve seguir impactando iniciativas futuras de transformação.

Além disso, contribui para a complexidade do conflito a própria configuração dos atores envolvidos. Por um lado, os impactos humanitários

indicados acima evidenciam a existência de confrontos armados difundidos pelo país. Entretanto, não se trata de um conflito armado convencional, sendo marcado pelo confronto entre partes interna e externamente fragmentadas, como as guerrilhas, os paramilitares e o próprio Estado colombiano (BEJARANO, 2003). O elemento de conflito armado entre o governo e as guerrilhas se soma a outros confrontos violentos entre atores não estatais. Ademais, é marcante a heterogeneidade com que o conflito se expressa em diferentes partes do país (PÉCAUT, 2010).

Neste capítulo, a história do conflito colombiano é analisada de acordo com o modelo de Coleman (2011) apresentado no capítulo anterior. O objetivo é identificar os principais eventos e fatores envolvidos no conflito e demonstrar graficamente a forma como eles interagiram, formando ciclos de *feedback* que contribuíram para o seu prolongamento. Trata-se de um esforço inicial no sentido de melhor compreender a complexidade do conflito colombiano.

A principal limitação deste estudo consiste no volume relativamente limitado de fontes a que se teve acesso, e na impossibilidade de consulta a membros das partes envolvidas no conflito. Entretanto, o modelo empregado contribui ao oferecer uma visão dinâmica e sistêmica da evolução dos processos que marcam o conflito e, por conseguinte, as tentativas de construção da paz na Colômbia.

Para fins didáticos, optou-se por dividir a história do conflito em três grandes fases, de acordo com mudanças profundas percebidas em sua dinâmica. Também esta divisão é tentativa, e não pretende simplificar ou ignorar transformações ocorridas durante os períodos em questão, ou as continuidades que perpassam os mesmos.

### **3.1. De “La Violencia” aos anos 1970: origens e formação das guerrilhas**

O início do conflito violento analisado aqui é frequentemente marcado na década de 1960, quando surgiram as principais guerrilhas colombianas. Porém, a história da relação entre violência e política pode ser identificada desde a

independência da Colômbia em 1810, na forma de confrontos violentos entre os partidos Liberal e Conservador. Nesses confrontos, ambas as partes eram frequentemente defendidas por grupos armados privados. O último, iniciado em torno de 1946 e terminado por volta de 1962, ficou conhecido como “*La Violencia*”. Ainda assim, é possível dizer que a democracia colombiana teve uma história bastante estável, em comparação com outros países sul-americanos, sendo que a única ocorrência de autoritarismo estatal se desenrolou entre 1949 e 1953 (PÉCAUT, 2010).

A história de associação entre violência e política assumiria também a forma de disputas entre a esquerda e as elites, como visto em diversos conflitos agrários no país desde 1920 em várias regiões, influenciando a criação do Partido Comunista em 1930. Esses confrontos resultaram da forma como a ocupação de terras se deu em diversas regiões do país, por meio do desalojamento de pequenos e médios camponeses para a formação de grandes latifúndios. Entre 1936 e 1948, o Partido Comunista, importante expoente da causa camponesa, assumia uma postura moderada, defendendo o reconhecimento dos direitos dos camponeses e a desconcentração da terra por vias políticas tradicionais. À época, o grupo era bastante próximo ao Partido Liberal (PÉCAUT, 2010; VARGAS, 2002).

Após o assassinato de um importante líder dos movimentos camponeses em 1948, Jorge Gaitán, do Partido Liberal, diversos movimentos populares se fortaleceram e passaram a assumir a forma de luta armada. O episódio serviu de gatilho para o período conhecido como *La Violencia*, durante o qual a tradicional rivalidade entre liberais e conservadores se associou à dimensão de contestação social, instigada pela percepção de responsabilidade das oligarquias pela morte de Gaitán. O clima de polarização social entre as oligarquias e os movimentos populares se acirrou e assumiu formas crescentemente violentas, induzindo ao aumento da repressão pelo regime conservador vigente. Essa reação foi especialmente forte sobre os movimentos populares urbanos, transferindo o foco principal da contestação para o campo. Ali, grupos armados de várias orientações se formaram, incluindo aqueles de orientação comunista (“autodefesas” ou “guerrilhas”) que combatiam o regime e prosseguiram na luta pela terra (PÉCAUT, 2010).



O fim do período de *La Violencia* veio através de acordos entre liberais e conservadores pela divisão do poder, tentando restaurar a estabilidade política no país. Essa estabilidade foi baseada no esquecimento dos episódios de confronto armado anteriores, por meio de concessões de anistia, e contribuiu para a negligência aos fatores estruturais que haviam contribuído para a contestação social anterior – como a desigualdade social e a demanda por reforma agrária (PÉCAUT, 2010).

Outro fator importante para a eclosão de guerrilhas foi o contexto da Guerra Fria. À época, conflitos sociais em diversos países eram encarados como reflexos desse contexto internacional, e abordados como tal. Isso se refletiu no tratamento reservado aos insurgentes, vistos como parte da ameaça socialista – visão que orientou a resposta de diversos exércitos latinoamericanos à época, incluindo o colombiano (VARGAS, 2002).

Além disso, também foi relevante o sucesso do movimento castrista em Cuba, que contribuiu para a difusão pela América Latina do ensejo de tomar o poder pelas armas. Assim, para restaurar a estabilidade na Colômbia era necessário retomar o controle sobre os focos comunistas de “autodefesa”, de forma a evitar que a influência castrista se alastrasse sobre elas. Um desses episódios foi o ataque militar à zona de autodefesa de Marquetalia em 1964, que teria o valor de ato fundador para as guerrilhas que depois comporiam as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*) (BEJARANO, 2003).

As FARC se constituíram oficialmente em setembro de 1966. Outras guerrilhas importantes também se formaram à época, como o ELN (*Ejército de Liberación Nacional*), alinhado ao guevarismo, e o EPL (*Ejército Popular de Liberación*), alinhado ao maoísmo (PÉCAUT, 2010). Surgidos na década de 1960, tais grupos ficariam conhecidos como guerrilhas de primeira geração (BEJARANO, 2003). Enquanto o surgimento e discurso das FARC estiveram mais pautados por seu histórico de luta camponesa no contexto das autodefesas, o ELN e o EPL tiveram influências mais marcadas do contexto castrista e do objetivo de tomada do poder pela luta revolucionária (VARGAS, 2002).

Entre 1966 e 1980, as FARC ainda tinham um escopo muito limitado, tanto em termos geográficos quanto numéricos – seu efetivo era estimado em torno de

900 combatentes, com armas rudimentares. O ELN e o EPL, por sua vez, tinham um alcance consideravelmente maior: o primeiro pela simpatia que vinha despertando nos meios estudantis e em certas correntes católicas, e o segundo por sua participação em movimentos camponeses mais amplos e em invasões de terras. As três guerrilhas, porém, vinham sofrendo fortes choques devidos à ação do Estado, de forma similar ao que se passava em outros países latinoamericanos na década de 1970 (PÉCAUT, 2010).

Portanto, nas décadas de 1960 e 1970, ainda que houvesse confrontos armados entre as guerrilhas e o exército, o conflito ainda era marginal e caracterizado por baixos níveis de intensidade. As guerrilhas de esquerda que desafiavam o Estado operavam em áreas periféricas e em poucas províncias, e ainda tinham capacidade limitada em comparação ao Estado (VALENZUELA, 2010).

Graficamente, portanto, esta fase do conflito pode ser assim representada:



**Figura 4.** Primeira fase do conflito colombiano: Anos 1960 e 1970 (autoria própria).

Na figura, relações de reforço são representadas por linhas contínuas, e relações de inibição por linhas pontilhadas. É possível perceber que, por um lado, certos fatores como a desigualdade social, as demandas por reformas políticas e

sociais<sup>19</sup> e a cultura histórica de resolução de conflitos pela via da violência privada interagem de forma a reforçar a atuação das guerrilhas e seu confronto contra o Estado. Outros fatores, porém, como o fortalecimento do Estado e de sua capacidade de repressão e a falta de autonomia financeira das guerrilhas, inibiam a atuação destas, de forma que o sistema do conflito se manteve relativamente equilibrado ao fim do período.

Nesse momento, portanto, a Colômbia não se mostrava tão diferente de outros países latinoamericanos sob regimes autoritários, nos quais não se desenvolveram conflitos igualmente prolongados. Ao longo das próximas subseções, serão analisados os fatores que contribuíram para o desequilíbrio do sistema colombiano a partir da década de 1980, reforçando o confronto entre grupos armados e o Estado e conduzindo à escalada e ao prolongamento do conflito.

### **3.2. Anos 1980 e 1990: novos atores e escalada do conflito**

Nos anos 1980, o conflito colombiano teve um salto quantitativo e qualitativo, tornando-se mais intenso e complexo. Quanto a aspectos quantitativos, é notável o aumento de combatentes envolvidos no conflito, tanto nas guerrilhas quanto nos novos grupos paramilitares, como visto a seguir. Qualitativamente, houve grandes mudanças nas estratégias adotadas pelas partes com relação ao conflito, incluindo as políticas estatais (VALENZUELA, 2010).

Nesse período, houve uma expansão do conflito das áreas periféricas para quase todas as províncias e para importantes centros econômicos, políticos e administrativos, incluindo áreas de mineração, extração de petróleo e agropecuária. Isso esteve ligado a uma mudança estratégica de certas guerrilhas, que passaram a buscar nessas áreas novas fontes de recursos financeiros. Outras

---

<sup>19</sup> “En muchas regiones, la mayoría de los pobladores han sido considerados históricamente como extraños y excluidos de la participación económica – negando-seles el acceso a los recursos para su reproducción familiar y social –, de la participación política – monopolizada por mecanismos de intermediación clientelistas fuertemente basados em lealtades personalizadas –, de participación social – en la toma de decisiones que atañen a su vida – y de la participación cultural – al considerarse sus elementos culturales como algo proscrito” (VARGAS, 2002, p. 234-235).

fontes incluíram o aumento no número de sequestros e extorsões pelas guerrilhas (VALENZUELA, 2010).

Mais um fator crucial para a intensificação do conflito no período foi a explosão do narcotráfico no país nos anos 1980. Algumas das guerrilhas, como as FARC, se envolveram com o tráfico de cocaína, a princípio protegendo o comércio entre camponeses e traficantes e os campos de plantação e laboratórios de processamento de coca. Posteriormente, guerrilhas passaram a se envolver de forma mais direta na produção e comercialização de drogas ilícitas (VALENZUELA, 2010).

Como resultado do envolvimento com o narcotráfico e outros recursos financeiros, as guerrilhas cresceram em número de combatentes armados, alcançando um número estimado entre 15 e 20 mil ao fim dos anos 1990. Além disso, algumas delas estabeleceram corredores ligando suas áreas de influência com rotas para a importação de armas e exportação de drogas ilícitas; e consolidaram o controle sobre certas cidades colombianas, após expulsarem as forças armadas e assassinarem ou cooptarem líderes políticos locais (VALENZUELA, 2010).

Além das FARC, ELN e EPL, novas guerrilhas se formaram no início da década de 1980, como o PRT (*Partido Revolucionario de los Trabajadores de Colombia*) e o MAQL (*Movimiento Armado Quintin Lame*, o único a apresentar demandas étnicas). Estas, juntamente o M-19 (*Movimiento 19 de abril*, formado em 1970) são considerada as guerrilhas de segunda geração (BEJARANO, 2003).

Também o Estado atravessou importantes transformações estratégicas no período. Entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980, o governo exercia forte repressão sobre os movimentos de esquerda do país, incluindo os guerrilheiros. Isso transformou as pressões por reforma política – com o fim de restrições à participação democrática – em demandas prioritárias por parte da maioria das guerrilhas. No caso das FARC, por exemplo, propostas de reforma agrária e desenvolvimento regional vinham em segundo plano na década de 1980; e também no caso de outras guerrilhas, as demandas eram majoritariamente de caráter político (BEJARANO, 2003).

A partir de 1982, contudo, o Estado colombiano iniciou um ciclo de reforma política sob a presidência de Belisario Betancur (1982-1986), que culminou com uma nova Constituição aprovada em 1991. Assim, a maior parte das reformas do regime e sistema eleitoral demandada pelas guerrilhas foi alcançada entre meados dos anos 1980 e 1990 (BEJARANO, 2003).

Além disso, enquanto a presidência anterior tinha por estratégia relativa ao conflito derrotar as guerrilhas por meio da força militar, Betancur começou a privilegiar o uso de negociações, conseguindo, com isso, a desmobilização da maioria das guerrilhas. Com essa estratégia, foi possível desmobilizar os grupos de segunda geração mencionados acima, além da maior parte do EPL e da CRS (*Corriente de Revolución Socialista*, uma dissidência do ELN). Como resultado dessas negociações, cerca de quatro mil guerrilheiros foram desmobilizados e reintegrados à sociedade. Contudo, as FARC e o ELN permaneceram ativos, combatidos pelo exército colombiano (BEJARANO, 2003).

Betancur também defendia que o conflito armado era uma resultante de condições internas, políticas, sociais e econômicas. Estas condições, portanto, deveriam ser trabalhadas simultaneamente às negociações – e ao confronto armado no caso das guerrilhas que se recusavam a negociar. Este discurso marcou também os esforços de paz das próximas presidências, até 2002 (BEJARANO, 2003).

Por outro lado, a década de 1980 presenciou também uma tendência à fragmentação do Estado, em diversas dimensões, que comprometeu sua capacidade de promover a paz no país. Um fator crucial desta fragmentação foi a incapacidade do Executivo de subordinar o exército colombiano, de modo a assegurar a implementação das políticas de paz desenhadas pelo primeiro. Desenvolveu-se, portanto, uma tensão crescente dentro do Estado entre os defensores de políticas de paz, geralmente civis, e de uma política de ordem pública, focada em soluções militares. Conforme a situação se agravou no país, as considerações de “ordem pública” ganharam predominância crescente, favorecendo a autonomia das forças armadas e apostando em sua capacidade de aniquilar insurgentes. Em momentos em que políticas de paz eram mais favorecidas pelo Executivo, contudo, os militares encontravam uma forma tácita de

se insubordinarem: apoiando e participando de grupos armados privados, os paramilitares (BEJARANO, 2003).

Dessa forma, as circunstâncias acima contribuíram para a formação de novos atores no conflito. Na prática, os grupos a que se convencionou chamar “paramilitares” se formavam principalmente a partir de duas fontes. Parte dos grupos se formou a partir de 1982, por setores do exército contrários à política de paz de Betancur, os quais formaram esquadrões da morte clandestinos para combater as guerrilhas e seus apoiadores. Uma segunda parcela surgiu para defender os narcotraficantes que concorriam com as guerrilhas, bem como suas famílias, contra sequestros e extorsões pelas guerrilhas. Um exemplo seria a organização *Muerte a Secuestradores*. Estes grupos, ainda que formados com metas iniciais e bases de apoio diversas, compartilhavam o objetivo de conter a expansão das guerrilhas e prevenir a mobilização social. Dessa forma, a proliferação de grupos paramilitares dessas duas fontes contribuiu para a fragmentação do Estado, ao mesmo tempo em que foi reforçada por esta (BEJARANO, 2003).

O principal método usado pelos paramilitares era o uso do terror contra populações consideradas como potenciais bases sociais das guerrilhas, especialmente no campo. Por meio de ameaças e massacres, essas populações eram confrontadas com as seguintes alternativas: a morte, o deslocamento forçado ou a submissão ao poder dos paramilitares. Em casos de deslocamentos forçados, o local era repovoado com populações apoiadoras dos paramilitares. Paralelamente, se oferecia ações assistencialistas de desenvolvimento social para outros núcleos populacionais, buscando obter seu apoio para os paramilitares (VARGAS, 2002).

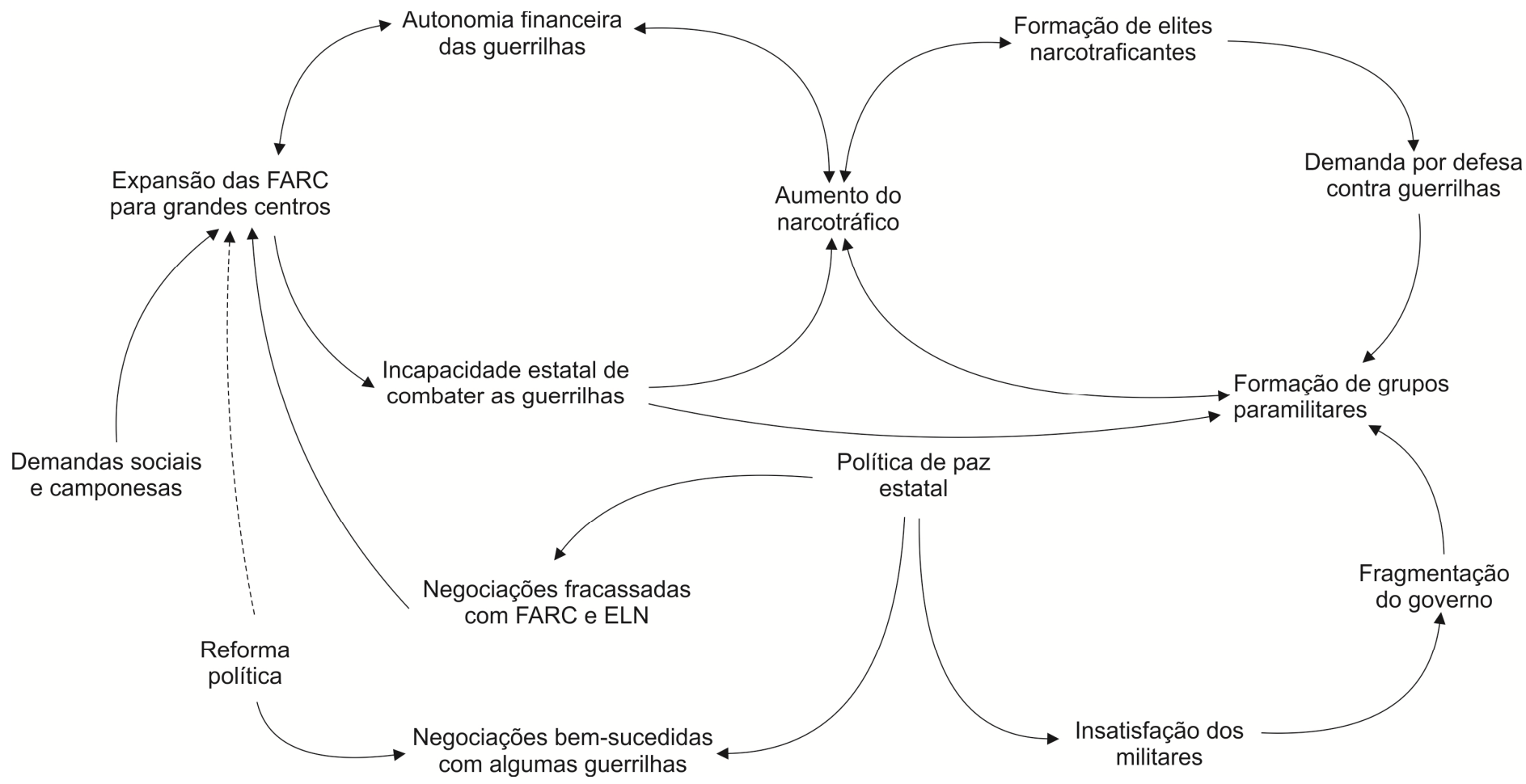
Em 1997, vários grupos paramilitares se uniram sob uma organização guarda-chuva, a AUC (*Autodefensas Unidas de Colombia*). Entre 1997 e 2002, sob a égide de Carlos Castaño, a AUC conseguiu centralizar, em certa medida, boa parte dos grupos paramilitares de diversas regiões do país, reduzindo sua fragmentação. Ademais, assim como certas guerrilhas, também os grupos paramilitares se beneficiaram do narcotráfico como fonte de recursos, derivando dele sua autonomia: em 2000, Castaño reconheceu que 70% do financiamento da AUC vinha dessa atividade (BEJARANO, 2003).

A fragmentação do Estado e de grupos guerrilheiros e paramilitares era um dos fatores que dificultava a transformação do conflito pela via da negociação. A centralização dos grupos paramilitares ao fim da década de 1990, portanto, facilitou os acordos para a desmobilização destes, como visto mais adiante; o mesmo, porém, não se deu entre os guerrilheiros de grupos diversos. Além disso, outro fator complicador da via das negociações era a autonomia dos grupos armados não estatais, tanto com relação à Colômbia e a outros Estados quanto com relação à própria sociedade colombiana – autonomia fomentada pela expansão dos recursos financeiros, potencializada por atividades como o narcotráfico (BEJARANO, 2003).

Ao fim da década de 1990, ainda que diversas guerrilhas tivessem sido desmobilizadas graças a esforços de negociação, contribuindo para reduzir a intensidade do conflito, as FARC e o ELN continuavam a fazer uso da luta armada, assim como os grupos paramilitares (BEJARANO, 2003). Além disso, a violência armada ao final desse período encontrava-se ainda mais difundida pelo país, alcançando mesmo a capital. Isso contribuiu para uma descrença popular nos processos de negociação como forma de terminar o conflito, o que impactou as políticas adotadas pelo governo posteriormente, como visto na próxima subseção.

De maneira geral, portanto, entre as décadas de 1980 e 1990 parece ter prevalecido a tendência à intensificação do conflito. A figura 5 ilustra, de maneira simplificada, a causalidade composta que conduziu a tal intensificação. Embora outros fatores tenham sido também importantes para a configuração do cenário do período, buscou-se limitar a análise gráfica aos que pareceram ter maior impacto.

Como pode ser visto, um fator importante para a transformação do conflito no período foi o crescente tráfico de drogas ilícitas, como a cocaína. Por um lado, o narcotráfico permitiu que certas guerrilhas transformassem suas estratégias, se expandindo numérica e geograficamente. Por outro lado, outros atores se envolveram no narcotráfico, como os novos grupos paramilitares – surgidos tanto a partir da demanda por defesa de elites narcotraficantes quanto da própria insatisfação de uma parcela do governo com as novas políticas de paz.



**Figura 5.** Segunda fase do conflito colombiano: Anos 1980 e 1990 (autoria própria).



A despeito de certos fatores que inibiram, em alguma medida, a intensificação do conflito violento – como as reformas políticas estatais e as negociações bem-sucedidas com guerrilhas que demandavam tais reformas – a forma como os outros fatores interagiram se sobrepôs ao impacto positivo dos primeiros. Houve, portanto, um desequilíbrio entre as forças destrutivas e construtivas do conflito. As primeiras ganharam a forma de ciclos de reforço da violência, que favoreceram o fortalecimento de grupos armados violentos – as guerrilhas que se mantiveram na luta armada e os grupos paramilitares – minando a capacidade estatal de perseguir a paz pela via da força ou das negociações.

Além disso, as estratégias utilizadas tanto por guerrilhas quanto por paramilitares no período contribuíram para restringir a formação de plataformas pacíficas no nível local. Ambas as partes usavam o terror como estratégia para instilar medo e condicionar atitudes e comportamentos dos civis, enfraquecendo o apoio a adversários e obtendo terras férteis ou ricas em recursos. As invasões e os deslocamentos populacionais provocados desmantelavam o tecido social local, minando possibilidades de resistência pacífica (VALENZUELA, 2010). De maneira geral esta estratégia de guerrilhas e paramilitares atingia principalmente comunidades rurais, alimentando o ciclo de violência e polarização no campo. Com isso, reduzia-se a capacidade da população de fortalecer relações pacíficas, trabalhando na construção de um atrator latente para a paz.

### **3.3. De 2002 a 2014: desescalada e transformação do conflito**

Enquanto, nos anos 1980 e 1990, pode ser identificada uma escalada do conflito colombiano, a partir do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 parece haver uma tendência ao seu enfraquecimento e transformação. Porém, como se vê abaixo, trata-se de processo ainda incompleto, no qual a violência não apenas se reduziu, mas também assumiu novas formas.

Como visto anteriormente, o presidente Betancur adotou, a partir de 1982, nova postura com relação ao conflito, deixando a via militar em segundo plano com relação às negociações e às transformações sistêmicas. Esse modelo perdurou,

ainda que com algumas transformações, até a presidência de Andrés Pastrana (1998-2002).

Pastrana vinha tentando negociar com as FARC, e havia feito diversas concessões ao grupo guerrilheiro. Estas incluíam a concessão às FARC do território de cinco municípios colombianos como zona desmilitarizada (*zona de despeje*), como forma de construir confiança nas negociações. O grupo guerrilheiro, porém, passou a utilizar o território em questão como refúgio para reféns, sequestradores, treinamentos e tráfico de narcóticos e armamentos. Posteriormente, os membros das FARC abandonaram as negociações. O fracasso destas tentativas e a degradação do conflito conduziram à exasperação crescente da população ao fim do mandato de Pastrana em 2002 (BEJARANO, 2003).

Com isso, uma maioria significativa da população buscou, em 2002, o único candidato que advogava uma mudança dramática com relação à abordagem empregada por Betancur no conflito: Álvaro Uribe. Seu discurso enfatizava a necessidade de restaurar a segurança, por meio de um reforço dos meios militares do Estado. Eleito em 2002, Uribe iniciou em 2003 um processo de fortalecimento e modernização do exército para o combate às guerrilhas, aumentando a parcela do orçamento estatal empregada para tal e contando com ajuda militar dos Estados Unidos (BEJARANO, 2003).

Com essa mudança estratégica, o Estado recuperou controle sobre vastas porções do território nacional, deixando as guerrilhas em situação de inferioridade militar. Como resposta, as guerrilhas existentes foram novamente incentivadas a transformarem suas táticas, substituindo o objetivo de aumentar seu controle territorial pelo de controlar posições estratégicas, como corredores de mobilidade, áreas ricas em recursos e zonas de avanço e retirada militar. Os guerrilheiros também passaram a atuar em unidades cada vez menores e a procurar refúgio em áreas protegidas por campos minados, ou fora das fronteiras colombianas (VALENZUELA, 2010). Tais transformações se deram no contexto da Política Democrática de Segurança e Defesa, adotada em 2003.

Ainda que Uribe tenha apresentado importantes mudanças com relação às abordagens anteriores ao conflito, sua política não chegou a representar um retorno ao modelo repressor anterior a Betancur. Uribe se mostrava aberto à

possibilidade de negociação com as guerrilhas, porém em condições diferentes das demandadas por Pastrana: era requerido um cessar-fogo unilateral por parte das guerrilhas, o corte de relações com o tráfico e a mediação de atores internacionais para que ocorresse negociação. Além disso, Uribe buscou subordinar os militares aos objetivos civis do governo, e separar os militares dos paramilitares (BEJARANO, 2003).

Para tanto, e no contexto de uma ampla estratégia de desmobilização e reintegração de atores armados ilegais, Uribe se engajou em negociações com Castaño a partir de 2002. Por meio destas, alega-se que houve a desmobilização de cerca de 32 mil combatentes entre novembro de 2003 e agosto de 2006. Também houve uma política de desmobilização individual voluntária para membros de diversos grupos armados ilegais, intensificada com a Lei de Justiça e Paz de 2005. Esta previa sentenças reduzidas e um programa de reintegração para combatentes que abandonassem as armas e atividades ilegais, revelassem a verdade e reparassem as vítimas. De acordo com o Ministério da Defesa colombiano, entre 2002 e 2012 quase 26 mil combatentes foram desarmados, desmobilizados e reintegrados voluntariamente (ISAZA, 2013).

A princípio, tais políticas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) conduziram a reduções no nível de violência. Contudo, como a DDR foi conduzida ainda num contexto de conflito, a AUC deixou um vácuo de poder em diversas regiões que foi preenchido por outros grupos armados ilegais. Além disso, várias estruturas paramilitares se atomizaram e transformaram, não se desmobilizando totalmente, o que conduziu à formação de bandos criminosos (BACRIM). Estes grupos são considerados por alguns como grupos neo-paramilitares (ISAZA, 2013).

Portanto, é possível dizer que, da forma como foram implementadas, as políticas de DDR não atacaram de maneira sistêmica as causas da violência no país; apenas induziram uma transformação da mesma, que se adaptou ao novo cenário. Esta adaptação se refletiu também no fortalecimento de novas ameaças, como a mineração ilegal e o aumento do conflito em ambientes urbanos (ISAZA, 2013).

Um fator importante para a compreensão da postura adotada por Uribe a partir de 2003 é o discurso de “guerra ao terror” que marcava o governo de George

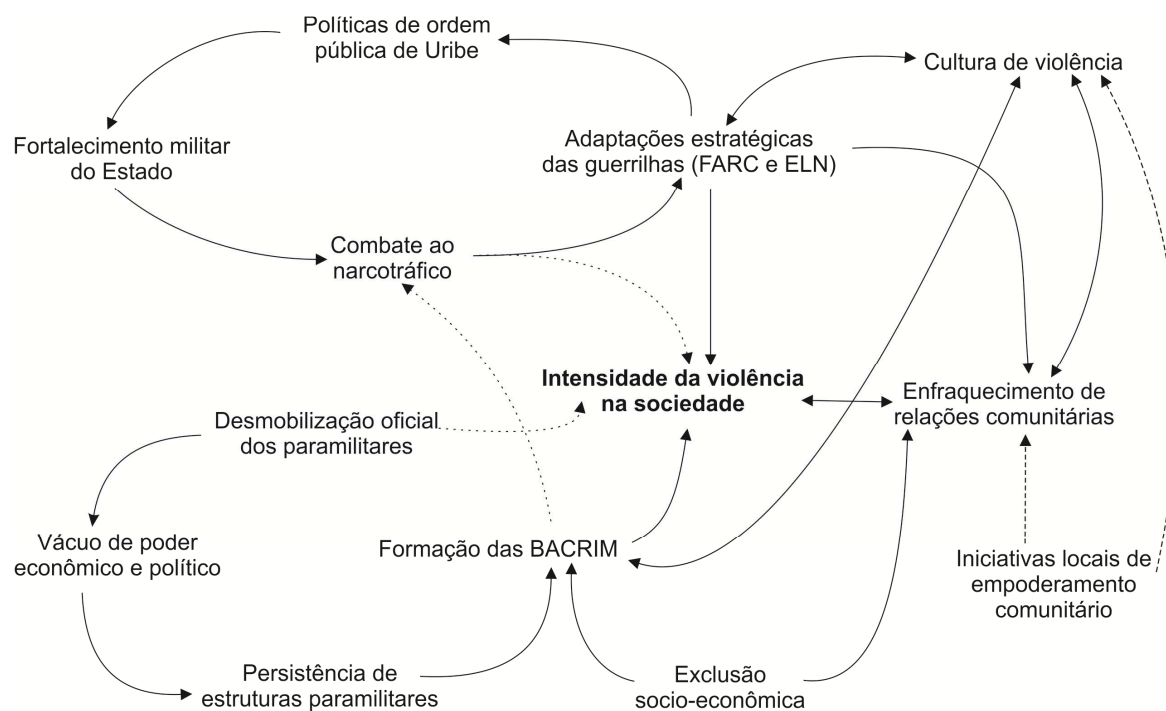
W. Bush nos Estados Unidos, bem como a militarização da guerra às drogas. Esse discurso convergiu com a política de segurança democrática de Uribe, que focava no combate aos “narcoterroristas”, o que garantiu maior suporte dos EUA aos esforços colombianos. O apoio militar norte-americano à política se dava por meio do Plano Colômbia, plano de ajuda internacional aprovado pelo congresso dos Estados Unidos em 2000 e ajustado e expandido no governo de Uribe (VAZ, 2005).

Já em 2010, com a eleição de Juan Manuel Santos como presidente, a postura governamental com relação ao conflito sofreu modificações significativas. Em primeiro lugar, Santos reconheceu a existência de um conflito interno armado no país, que ia além da necessidade de combater “narcoterroristas” – admitindo, ainda, o fracasso do modelo tradicional da guerra às drogas. Além disso, o presidente promoveu reformas do Estado através do estabelecimento de novas normas e instituições para lidar com o conflito e com as vítimas, como a Lei das Vítimas e Restituição de Terras e o Sistema Nacional de Direitos Humanos. Também foram retomadas, em outubro de 2012, as negociações com as FARC, em La Havana e com participação da Venezuela, mesmo não havendo um cessar-fogo entre as partes (ISAZA, 2013). Paralelamente o exército seguiu combatendo as guerrilhas, ainda que opositores afirmem que o governo de Santos passou a ser mais complacente com as mesmas (GUZMÁN; GÓMEZ, 2013).

As negociações com as FARC se estendem até o término da escrita deste trabalho, e o processo de paz foi um dos eixos centrais das campanhas presidenciais para as eleições de maio/junho de 2014. Os principais candidatos eram Santos, que defendia a continuidade de suas políticas e negociações de paz e processos posteriores de justiça transicional; e Óscar Iván Zuluaga, candidato apoiado por Álvaro Uribe, que defendia que a continuidade das negociações com os “narcoterroristas” das FARC somente sob as condições de um cessar-fogo unilateral e com a garantia de punição para os criminosos. Com a eleição de Santos no segundo turno, a continuação das negociações parece provável, ainda que não seja possível determinar seus resultados e seu impacto concreto sobre a paz no país. Ao mesmo tempo, os próprios cidadãos colombianos – especialmente no caso da população urbana – afirmam que as negociações com as FARC não são mais uma

prioridade para eles; mais importante têm sido questões como violência, saúde e educação (EL EJE DE LA SEGUNDA..., 2014).

Na figura 6, a seguir, é ilustrada a forma como os fatores do conflito interagiram ao longo do período em questão, e especialmente a partir de 2002.



**Figura 6.** Terceira fase do conflito colombiano: de 2002 aos dias atuais (autoria própria).

No diagrama, foram evidenciados alguns dos principais fatores que contribuíram para reforçar ou inibir a intensidade da violência na sociedade. É possível perceber, por exemplo, que certas políticas estatais – especialmente durante o governo de Uribe – tiveram impactos ambíguos sobre a violência. A política de DDR dos paramilitares, por exemplo, foi aplicada de uma maneira que, por um lado, conduziu a alguma redução de intensidade da violência, mas que por outro permitiu a persistência de diversas estruturas paramilitares, conduzindo à formação dos BACRIM. Estes podem ser vistos como um dos principais problemas de segurança pública atual no país. Por outro lado, enquanto o fortalecimento do Estado foi importante para que este pudesse superar as guerrilhas militarmente e combater o narcotráfico, tais investimentos mostraram seus limites: com alterações estratégicas as FARC e a ELN ainda foram capazes de sobreviver, o que se tem tentado modificar pela via das negociações.

As negociações com as guerrilhas, por sua vez, não foram incluídas no gráfico visto que ainda é difícil avaliar seus potenciais impactos sobre a violência na sociedade, uma vez que elas ainda não foram finalizadas e devidamente implementadas.

\*\*\*

O esforço empreendido neste capítulo reflete parte da primeira prática recomendada por Coleman (2011) para o tratamento de conflitos prolongados: complique para simplificar. Os diagramas das fases históricas são uma ferramenta utilizada na tentativa de capturar a complexidade do conflito, ao apresentá-lo por meio de uma nova linguagem. Isso possibilita perceber novos elementos que seriam silenciados por perspectivas simplistas, as quais os reduziriam a simples rivalidades históricas e intratáveis ou ao resultado linear de um fator único, como o narcotráfico, por exemplo. A partir do estudo da interação entre os diversos fatores, novas possibilidades de ação podem se evidenciar, e o sucesso ou fracasso de tentativas prévias pode ser mais bem compreendido.

A partir desta apresentação histórica, o próximo capítulo busca identificar a composição dos atratores destrutivos e construtivos do conflito, de modo a simplificar a complexidade identificada e atribuir-lhe sentido. Em seguida, tentativas passadas de transformação do conflito colombiano serão analisadas tendo em vista a segunda e a terceira práticas apontadas por Coleman (2011). Buscar-se-á compreender quais foram os impactos desses esforços, e em que medida os mesmos foram capazes de fortalecer atratores construtivos, enfraquecer os destrutivos e promover mudanças visando à estabilização.

## Capítulo 4

### Colômbia: atratores e transformação sistêmica

No segundo capítulo deste trabalho, foi apresentado o modelo de Coleman (2011) para a utilização de uma perspectiva sistêmica na análise e transformação de conflitos prolongados. Suas recomendações eram divididas em um conjunto de três práticas amplas: “Complique para simplificar”, “Fortaleça e desconstrua” e “Mude para estabilizar”. A primeira prática pode ser dividida em duas partes. Primeiro, é necessário “complicar”, isto é, utilizar ferramentas que permitam capturar, em alguma medida, a complexidade de um conflito, identificando a forma como seus componentes interagem na formação de um todo diverso da soma de suas partes. Este esforço foi empreendido com relação a um caso prático, o conflito colombiano, no terceiro capítulo deste trabalho, através do uso da análise histórica e da ilustração de suas interações de reforço e inibição, na forma de diagramas.

Não é suficiente, contudo, reconhecer a complexidade do conflito e identificar suas características. Como diz Coleman (2011), a complexidade por si só também contém riscos. Enquanto uma abordagem simplista de conflitos prolongados favorece sua polarização e a inadequação de esforços de promoção da paz, um excesso de complexidade pode ser assustador e mesmo paralisante. Dessa forma, após restaurar a complexidade aos conflitos, é importante simplificá-los, atribuindo-lhes sentido. Uma das formas de fazê-lo é identificar os atratores do conflito: os conjuntos de fatores que, nesta interação específica, atraem os atores do conflito para ciclos de violência ou de paz. Este é o esforço empreendido na primeira seção deste capítulo.

Posteriormente a esta fase analítica, Coleman (2011) recomenda duas grandes práticas para a transformação do sistema conflituoso. Uma consiste em fortalecer atratores para a paz (construtivos) e desconstruir atratores para a violência (destrutivos); e outra em promover a estabilidade através da mudança sistêmica. Na segunda seção deste capítulo serão analisadas algumas tentativas de transformação do conflito colombiano empreendidas desde a década de 1980, em

diversos níveis; e essas tentativas serão analisadas de acordo com seu potencial impacto sobre os atratores identificados, e sobre o sistema como um todo.

#### **4.1. Atratores do conflito colombiano**

Atratores, como visto no segundo capítulo deste trabalho, consistem em padrões organizados de comportamento que emergem, duram e atraem os atores envolvidos, formando-se a partir de interações passadas e presentes. Assim, no caso colombiano, o conceito de atratores pode ser empregado na busca pela causalidade composta que contribuiu para que o conflito destrutivo se tornasse prolongado no país, resistindo a diversas tentativas de transformação construtiva e assumindo novas formas ao longo das décadas.

No capítulo anterior, buscou-se esquematizar a evolução do conflito destrutivo colombiano ao longo das últimas décadas, desde o contexto de formação das guerrilhas até o estado atual das negociações. Com isso, é possível refletir sobre a conjunção de fatores que, pela forma como interagiram, contribuíram para a formação de um “atrator” destrutivo do conflito. Fica claro, ainda, que a forma assumida pelo conflito no período não resultou linearmente de nenhum desses fatores individuais, e sim do sistema composto por essas partes e das transformações históricas desse sistema.

Alguns dos fatores que podem ser ressaltados na composição do atrator destrutivo do conflito são: o histórico de uso da violência privada para a resolução de conflitos, como visto nos confrontos entre conservadores e liberais entre a independência e *La Violencia*; a percepção de exclusão social e política, refletida na formação das principais guerrilhas e na posterior adesão de milhares de membros às mesmas; e a própria fragmentação do Estado, tanto entre civis e militares quanto entre liberais e conservadores, o que limita a capacidade estatal de implementar esforços de paz coesos e consistentes no tempo. Além disso, é inegável o papel que o narcotráfico exerceu no fortalecimento desse atrator destrutivo a partir da década de 1980, tornando-o mais profundo e inescapável, ao aumentar a autonomia das guerrilhas, reduzir as perspectivas de negociação e estimular a entrada de novos atores no conflito, os paramilitares.



Dessa forma, se a causalidade envolvida no prolongamento do conflito colombiano é composta, é natural que soluções buscadas a partir de perspectivas lineares sejam, com frequência, insuficientes. Isso pode ser visto, por exemplo, no fato de o fortalecimento militar para o combate ao narcotráfico ter sido insuficiente para a transformação profunda do sistema do conflito, já que não lidava com outros fatores que também alimentavam essa violência<sup>20</sup>. Outro exemplo foi a limitação do acordo com a AUC para a desmobilização dos paramilitares, que apenas requeria que eles entregassem armas sem lidar de maneira efetiva com as motivações primárias dos ex-membros – que se adaptaram à mudança formando os bandos criminosos (BACRIM).

Isso não significa que medidas que lidem com fatores individuais, como o fortalecimento do exército e as negociações, são inúteis, e sim que devem ser implementadas num contexto maior de transformação sistêmica. Em caso contrário, medidas como essas podem se restringir a motivações para que as partes do conflito se adaptem criativamente às novas circunstâncias, por meio da formação de novos grupos violentos ou do uso de novas táticas, por exemplo.

É importante também observar a existência de um atrator latente para a paz no panorama colombiano, isto é, uma conjunção de forças que atuam pela promoção da paz, porém de maneira mais fraca que os que agem pela violência. Um desses fatores é a própria ilegitimidade das guerrilhas e dos paramilitares com relação à população comum, que não os vê como combatentes contra a exclusão social e política e sim como entraves para uma Colômbia pacífica. Isso faz com que a população civil busque promover a paz a partir de seus próprios recursos, por meio de iniciativas locais e de organizações da sociedade civil. Alguns desses mecanismos serão exemplificados nas próximas seções. Além disso, a própria comunidade internacional foi relevante nas últimas décadas pelo fortalecimento do atrator colombiano para a paz, por meio de ajuda internacional a iniciativas nacionais, regionais e locais pela promoção da paz, como também é mencionado mais adiante. Iniciativas como essas, que atuavam de maneira mais restrita ao

---

<sup>20</sup> “Existe una tendencia a presentar el conflicto armado colombiano como ligado exclusivamente al narcotráfico. De allí se desprende que la lucha contra dicho fenómeno – reducida a los cultivos de uso ilícito – y la lucha contra la guerrilla son la misma cosa, sobre todo por razones del uso de la ayuda militar estadounidense. De acuerdo con este planteamiento, el conflicto interno se resolverá se se logra “derrotar” al narcotráfico” (VARGAS, 2002, p. 225).

longo dos períodos de maior intensidade do conflito, têm ganhado força recentemente com a desescalada do mesmo, e serão especialmente cruciais para que o tecido social colombiano possa se reconstruir e superar as marcas de décadas de violência.

#### **4.2. Esforços de transformação do conflito**

Conforme visto no segundo capítulo deste trabalho, a abordagem da transformação sistêmica de conflitos presume que uma situação de conflito deve ser analisada enquanto um sistema, composto por uma teia de interações sociais em diversos níveis. A substituição do termo “resolução” por “transformação” enfatiza a percepção de que, de maneira geral, não é suficiente buscar um resultado específico que “resolva” o conflito, como um acordo de paz; é necessário pensar de maneira sistêmica nos fatores que, em interação, alimentam a violência do conflito, e em como esses sistemas podem ser transformados no sentido da paz (BOTES, 2003).

Dentro da abordagem de Coleman (2011), um esforço de transformação de conflito pode impactar a realidade de diversas formas: fortalecendo ou enfraquecendo um atrator destrutivo, e com isso contribuindo para a escalada ou desescalada do conflito; fortalecendo ou enfraquecendo um atrator pacífico latente, e com isso impactando o potencial para a paz futura; ou mesmo promovendo mudanças no sistema como um todo, e abrindo com isso novas janelas para a possível estabilização do conflito.

Ao longo das próximas seções, serão analisados alguns esforços de transformação do conflito colombiano em diferentes níveis, bem como possíveis impactos dessas tentativas sobre os atratores do conflito. O foco recairá sobre os esforços empreendidos a partir da presidência de Betancur (1982-1986) até os dias atuais, período em que proliferaram tentativas de promoção da paz.

#### **4.2.1. “Top-down”: Negociações e fortalecimento institucional**

No capítulo 2, tabela 2, as tentativas de promoção da paz foram sistematizadas de acordo com seu nível de atuação (“top-down”, “middle-out” e “bottom-up”). O primeiro desses níveis, analisado nesta seção, envolve basicamente os líderes, as políticas nacionais e outros tomadores de decisão de elite (COLEMAN, 2011). Dois dos esforços de mudança empreendidos nesse nível no caso colombiano são brevemente discutidos abaixo: as negociações e o fortalecimento institucional.

#### **Negociações**

As tentativas de negociação são um esforço de paz muito presente na história do conflito colombiano, especialmente desde a presidência de Betancur. As negociações têm sido realizadas entre os líderes das partes envolvidas no conflito: o Estado, as guerrilhas e, no governo de Uribe, os paramilitares. Como visto anteriormente, o sucesso e o fracasso dessas negociações têm tido papéis importantes na condução da política no país, influenciando o resultado de eleições presidenciais, por exemplo.

Os tópicos envolvidos nas negociações entre Estado e guerrilhas incluem a participação política dos membros, questões sociais como a distribuição de terras e, mais recentemente, a não participação dos guerrilheiros em atividades de narcotráfico e a forma da justiça de transição posterior (EL EJE DE LA SEGUNDA..., 2014). Em face do fracasso de tentativas anteriores de negociação com as FARC, porém, uma questão que já se colocava à época da eleição de Uribe (BEJARANO, 2003) e que se repetiu no último debate presidencial diz respeito às condições necessárias para a continuidade das negociações, incluindo a necessidade ou não de um cessar-fogo unilateral por parte de guerrilheiros.

Ainda que a assinatura de um acordo de paz seja de fato um passo importante, por indicar um compromisso entre as partes em transformar a situação corrente, esses possíveis acordos não devem ser encarados como marco do “fim” do conflito. Afinal, se não acompanhados de outras transformações no sistema que alimenta o conflito em primeiro lugar, acordos de paz podem apenas

conduzir as partes a se adaptarem às novas circunstâncias, sem que haja necessariamente uma mitigação da violência na sociedade.

Um claro exemplo disso é encontrado nos acordos de desarmamento, desmobilização e reintegração dos paramilitares da AUC em 2005, como visto no capítulo anterior. Apesar dos milhares de paramilitares alegadamente desmobilizados, diversas estruturas se mantiveram sob outra forma, a dos bandos criminosos. Estes ocuparam o espaço dos grupos paramilitares tanto em termos geográficos – passando a dominar diversos espaços estratégicos para o narcotráfico – quanto em termos sociais, na medida em que milhares de combatentes não foram propriamente reintegrados na sociedade e aderiram aos novos grupos. Além disso, em outra demonstração da capacidade de adaptação dos atores, houve mesmo alianças entre os BACRIM e certas frentes das FARC, já que os primeiros em geral se especializaram na dominação de espaços estratégicos e as segundas no cultivo e processamento da coca (ECHANDÍA, 2013).

Dessa forma, ainda que, por seu caráter simbólico, as negociações ocupem um papel central nas discussões sobre a transformação do conflito colombiano, elas provavelmente serão insuficientes, a menos que se dêem no contexto de transformações sistêmicas mais amplas, incluindo a implementação efetiva das decisões acordadas. Em outras palavras, ainda que acordos de paz contribuam para o enfraquecimento do atrator destrutivo do conflito, eles podem também motivar a canalização da violência por novas formas.

### **Fortalecimento institucional**

Outro caminho adotado com vistas à promoção da paz no país foi o investimento em fortalecimento institucional do Estado. Esse objetivo foi importante, por exemplo, durante o governo de Uribe, quando se adotou a chamada Política Democrática de Segurança e Defesa para o fortalecimento do Estado e a garantia de sua presença em todo o território (ISAZA, 2013).

Em parte, essa política foi implementada com o apoio de recursos do Plano Colômbia, vindos principalmente dos Estados Unidos, para o apoio ao combate aos “narcoterroristas” no país e com foco no fortalecimento militar. A União Europeia,

por sua vez, rejeitou o Plano, por considerar que este negligenciava as raízes do conflito, as quais se encontravam na exclusão econômica, política, cultural e social. Para eles, focar investimentos no fortalecimento militar para o envolvimento na luta contra as drogas poderia motivar uma escalada do conflito na região, sem contribuir para a construção de uma paz durável. Assim, a União Europeia preferia apoiar outros esforços para a promoção da paz, como projetos de direitos humanos, ajuda humanitária, desenvolvimento social e outras formas de fortalecimento institucional (ISAZA, 2013).

O fortalecimento institucional do Estado é, de fato, um passo importante. O Estado tem o potencial de implementar políticas nacionais, regionais e locais que lidem com fatores sistêmicos do conflito, como o desenvolvimento social, a participação política e mesmo a segurança. Para isso, é importante que o Estado seja coeso e capaz de executar decisões de forma consistente, sem descontinuidades drásticas e com menor fragmentação interna – como a fragmentação entre militares e civis que alimentou a formação dos grupos paramilitares (BEJARANO, 2003).

Quando fortalecimento institucional é igualado a fortalecimento militar, entretanto, outros fatores importantes podem ser negligenciados, com um potencial aprofundamento do atrator destrutivo. No governo de Uribe, por exemplo, ainda que o fortalecimento militar tenha reduzido as guerrilhas numérica e geograficamente, a política motivou também uma adaptação destas, que conseguiram se manter ativas até os dias atuais, como visto anteriormente. Assim, houve, no curto prazo, algum enfraquecimento do atrator destrutivo do conflito, porém para que este se sustente é necessário também atuar sobre outros fatores sistêmicos, inclusive aqueles que compõem um atrator pacífico.

#### **4.2.2. “Middle-out”: medidas regionais e sociedade civil**

Neste nível, enfatiza-se o papel de líderes intermediários e de redes e estruturas comunitárias, isto é, das iniciativas que se encontram entre aquelas decididas de cima para baixo pelo Estado e das implementadas no nível local por organizações comunitárias isoladas. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel da sociedade civil na construção de condições para a paz, isto é, no fortalecimento

de um atrator para a paz no país. Essas organizações têm atuado em questões como direitos humanos, coexistência pacífica e desenvolvimento; e têm recebido apoio internacional por meio de doações de atores como a União Europeia e seus membros e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ISAZA, 2013). A atuação de organizações da sociedade civil em níveis nacional, regional e local é uma importante demonstração de que a construção de uma paz durável não parte somente de iniciativas centralizadas no Estado.

Um exemplo é a Fundación Ideas para la Paz (FIP), um *think-tank* criado em 1999 por um grupo de empresários colombianos. Sua missão é gerar conhecimento e propor iniciativas que contribuam para a superação do conflito armado no país, e para a construção de uma paz sustentável. A partir do monitoramento do conflito e da publicação de relatórios, a FIP busca compreender melhor a composição do conflito colombiano, e pressiona pela formulação de políticas públicas que contribuam para a construção da paz mesmo após o fim das negociações. Para isso, a fundação conta com recursos de empresas locais, cooperação internacional e entidades públicas e privadas (FIP, 2014).

Outro meio intermediário de transformação do conflito tem sido a formação de coalizões sociais inovadoras, conjuntos de atores que se engajam em ações convergentes para a promoção da paz. Essas coalizões podem incluir, por exemplo, comunidades, empresas, organizações não-governamentais e instituições públicas, as quais se coordenam para promover a transformação de tensões geradas pelo conflito armado. Além disso, essas coalizões permitem combinar as diversas características e vantagens dos atores que as constituem para mobilizar recursos de maneira consistente, com foco em necessidades de curto prazo e transformações de médio e longo prazo (ADELL, 2012). Um exemplo é a Coalición 1325, que advoga pela implementação de um plano de ação nacional sobre mulheres, paz e segurança e por outras políticas que lidem com as tensões de gênero criadas e reforçadas pelo conflito colombiano. Essa coalizão inclui diversas organizações da sociedade civil colombiana e internacional, como a Red Nacional de Mujeres e a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (GLOBAL NETWORK OF WOMEN PEACEBUILDERS, 2013)

Além disso, o próprio governo colombiano tem promovido e apoiado programas específicos em esferas regionais e locais, como no caso de projetos de desenvolvimento alternativo. Estes projetos, além do fortalecimento militar discutido anteriormente, foram outro componente do Plano Colômbia e dos planos de consolidação posteriores. O objetivo era criar condições econômicas locais que favorecessem a substituição da produção de narcóticos pela de outros bens, desarmando em certa medida o atrator destrutivo do conflito por meio do narcotráfico (ISAZA, 2013). Ainda que os impactos desta política tenham sido limitados pela própria força de certos atores não-estatais no nível regional, projetos nesse sentido representam um avanço ao reconhecerem que a questão do narcotráfico requer respostas sistêmicas, para além da via militar. Além disso, a promoção de alternativas rentáveis ao cultivo da coca pode ser vista como uma forma de desfazer, em parte, a exclusão que marcou o desenvolvimento agrário no país (VARGAS, 2002), desarmando mais um componente do atrator destrutivo do conflito.

#### **4.2.3. “Bottom-up”: Ajuda humanitária e transformação comunitária**

Neste nível, estão as iniciativas que surgem a partir das próprias comunidades, que buscam dar solução aos problemas que as acometem, com apoio externo ou não. Como visto no segundo capítulo deste trabalho, as iniciativas de transformação de conflitos variam de acordo com o escopo pretendido de seus efeitos, podendo ser episódicas, duradouras ou radicais (COLEMAN, 2011). Nesta seção, são analisados três exemplos que se associam a essas categorias, respectivamente: a ajuda humanitária, a justiça comunitária e as comunidades de paz.

#### **Ajuda humanitária**

A ajuda humanitária para populações em situação de emergência foi um componente importante dos fundos internacionais enviados para a transformação do conflito colombiano. Cerca de um quarto da ajuda internacional enviada à Colômbia entre 2002 e 2011 foi empregada em projetos voltados para a situação

das vítimas e grupos vulneráveis devido ao conflito; e dessa parcela, estima-se que cerca de 43% tenham sido utilizados em projetos de proteção e assistência desses grupos. Os outros 57% foram voltados para projetos de médio e longo prazo, em áreas como treinamento profissional, verdade e reparação, fortalecimento de organizações da sociedade civil e outros. Esses fundos são canalizados para as necessidades locais por meio de diversas organizações, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o Programa Mundial de Alimentos, a Cáritas e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ISAZA, 2013).

Isso demonstra a percepção de que, ainda que crucial em vista dos graves impactos humanitários do conflito, a ajuda emergencial é apenas um passo, que por si só é insuficiente para deitar as bases de uma paz duradoura no país. Em outras palavras, a ajuda emergencial tem seu papel no curto prazo, garantindo condições melhores para os que sofrem com o conflito no presente; mas não atuam de maneira considerável sobre o fortalecimento de um atrator pacífico latente do conflito, tendo impactos principalmente episódicos.

### **Justiça comunitária**

Outras iniciativas de transformação do conflito no nível comunitário possuem caráter mais duradouro e sistêmico. Um exemplo são os mecanismos de justiça comunitária, como a conciliação em equidade e a jurisdição indígena. Esses mecanismos são reconhecidos legalmente e se pautam principalmente por tradições e costumes locais. Além disso, especialmente no caso da conciliação em equidade, os conciliadores são pessoas da comunidade que trabalham como voluntários na facilitação de acordos (ZAPATA, 2006).

Originalmente, instrumentos como a conciliação em equidade foram criados com o objetivo de reduzir a carga dos tribunais jurídicos. Na prática, porém, mecanismos de justiça comunitária são encarados não só como um meio para a solução imediata de conflitos, mas também para a democratização da justiça no nível local e para o fortalecimento das comunidades (ZAPATA, 2006). Nesse sentido, é possível considerá-los como componentes importantes do atrator pacífico do conflito no nível local, na medida em que servem de base para a



resolução não violenta de conflitos no curto prazo e para a promoção de uma cultura de paz no longo prazo.

Além disso, dada a ausência de autoridades judiciais em diversas áreas do interior do país, as lacunas eram geralmente preenchidas pelas guerrilhas e pelos paramilitares. Estes resolviam diversos tipos de questões, desde casamentos até a punição de indivíduos considerados culpados. Nesse contexto, apesar de a conciliação em equidade ter sido criada para questões menores como contratos e problemas familiares e comunitários, em muitos casos os conciliadores também passaram a lidar com questões políticas ligadas ao conflito armado. Com isso, esses mecanismos equilibraram o poder de grupos armados no nível comunitário e ocuparam o vácuo institucional em questão (ZAPATA, 2006). Nesse sentido, também é possível dizer que a conciliação em equidade contribui para enfraquecer ciclos de reforço da violência no nível local, reduzindo a suscetibilidade das comunidades em que atuam ao atrator destrutivo do conflito.

### **Comunidades de paz**

Buscando resistir aos impactos do conflito armado no país e à possibilidade de deslocamento forçado, comunidades colombianas utilizaram diversas estratégias. Uma delas foi a criação das comunidades de paz. Estas são estabelecidas por meio de processos decisórios internos de seus membros, que decidem se manter às margens do conflito. Seu princípio fundamental é a não-cooperação com qualquer das partes conflitantes – incluindo as forças armadas estatais. Essas comunidades se recusam a ajudar direta ou indiretamente os esforços de atores armados, isto é, não provêem apoio estratégico, material ou informacional, nem se juntam às fileiras dos grupos (VALENZUELA, 2010).

Além da ruptura de relações com grupos armados, algumas comunidades de paz estabeleceram novas instituições sociais locais, o que frequentemente vai de encontro a interesses previamente estabelecidos. Nos casos em que há maior conflito de interesses entre as comunidades e os combatentes, ainda que as primeiras geralmente exibam redução considerável nas taxas de violência, tende a haver menos sucesso com relação ao respeito ao território – especialmente pelas forças armadas, que não aceitam receber o mesmo tratamento reservado às

guerrilhas. Em outros casos, em que as comunidades são estabelecidas em um processo de consulta com combatentes ou estão localizadas em regiões estrategicamente pouco relevantes, parecem aumentar suas chances de sucesso (VALENZUELA, 2010).

De maneira geral, o estabelecimento de comunidades de paz pode ser visto como um mecanismo importante para a reparação do tecido social destruído pelo conflito, além de motivar processos democráticos no nível local. A iniciativa também fortalece a identidade das comunidades, bem como a solidariedade entre seus membros, contribuindo para a promoção de uma cultura de paz e de resolução não violenta de conflitos (VALENZUELA, 2010).

É possível afirmar, portanto, que o estabelecimento de comunidades de paz representa uma iniciativa de transformação radical do conflito no nível local, na medida em que se busca remover o espaço e a população local da esfera de atuação dos atratores. Com maior ou menor sucesso, tenta-se garantir que a comunidade em questão não esteja sujeita aos ciclos de reforço da violência que submetem outras regiões. No mínimo, essas iniciativas contribuem para a difusão de princípios pacíficos e democráticos nas comunidades transformadas, fortalecendo o atrator para a construção de uma paz duradoura.

#### ***4.2.4. Perspectivas para a transformação do conflito colombiano***

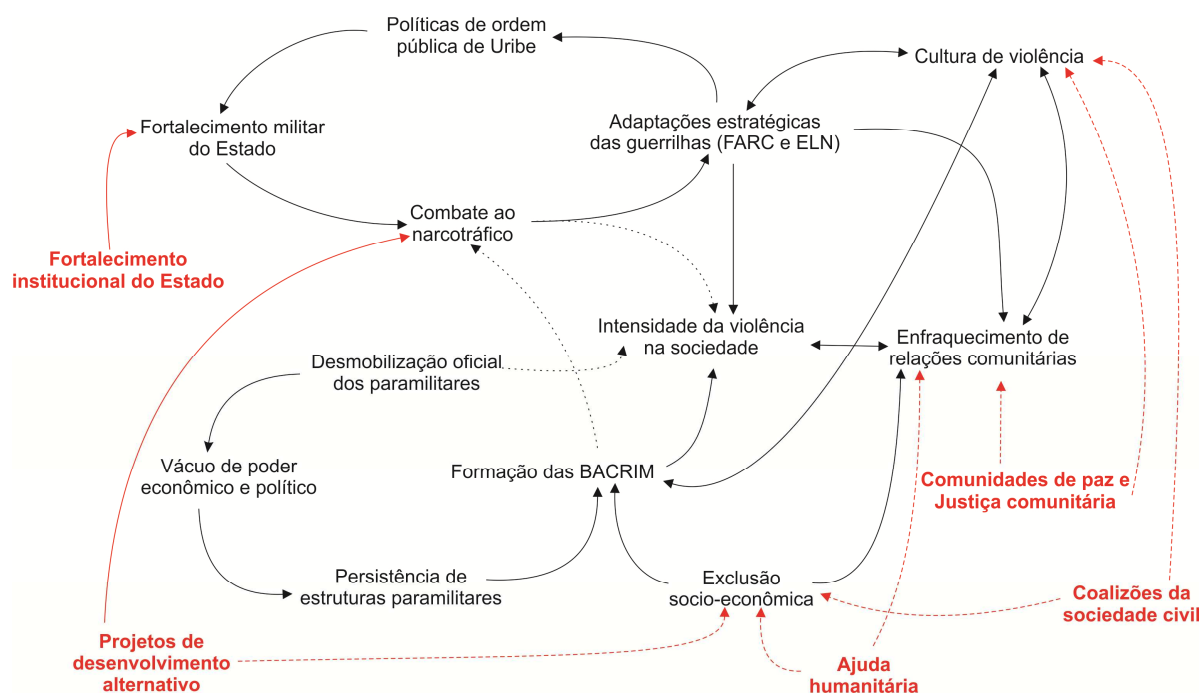
No capítulo anterior, o modelo adotado neste trabalho foi aplicado à análise histórica do conflito colombiano. Dessa maneira, buscou-se compreender os eventos do conflito dentro de uma perspectiva sistêmica, com ênfase sobre as interações de reforço e inibição entre os fatores envolvidos. Por meio de recursos como os diagramas, tentou-se capturar em alguma medida a complexidade do conflito, cujos padrões e transformações fizeram com que o mesmo se prolongasse por mais de cinco décadas.

Este capítulo, por sua vez, buscou dar sentido à complexidade capturada nas páginas anteriores, simplificando os fatores por meio do recurso dos atratores. A partir daí, foi possível analisar algumas tentativas de transformação do conflito colombiano empreendidas em diversos níveis e pontos do sistema, com metas e

resultados variados. Tentou-se, assim, compreender como esses esforços se relacionaram ao panorama de atratores do conflito colombiano, reforçando ou enfraquecendo atratores violentos e pacíficos.

Como visto, diversas iniciativas, como o fortalecimento militar do governo, tiveram impactos ambíguos sobre o cenário do conflito, reduzindo a violência em alguns sentidos e motivando sua adaptação em outros. Outros esforços aparentam ter pouco impacto sobre a realidade do conflito, porém contribuem para o fortalecimento de um atrator para a paz que se encontra latente; mas que será crucial no médio e longo prazo para a construção de uma paz durável.

Graficamente, os impactos aparentes dos esforços de transformação sobre a realidade do conflito podem ser representados da seguinte maneira:



**Figura 7.** Principais impactos das tentativas de transformação do conflito colombiano (autoria própria).

No diagrama, os esforços de transformação do conflito analisados neste capítulo são representados em vermelho, e seus impactos são representados por linhas vermelhas – contínuas em caso de reforço e pontilhadas em caso de inibição. Buscou-se representar os impactos mais aparentes dessas tentativas de transformação sobre os fatores que alimentam o conflito armado.

O diagrama ilustra, por exemplo, iniciativas como a justiça comunitária e as comunidades de paz, que contribuem para a inibição da cultura de violência e para o fortalecimento comunitário, ainda que seus impactos sejam mais significativos no nível local em que atuam. Dessa forma, ao mesmo tempo em que tais iniciativas reduzem a força de atratores destrutivos, fortalecem-se bases locais para uma paz duradoura, ou atratores construtivos latentes.

Além disso, o recurso aos diagramas permite ilustrar a forma como certas ações podem ter impactos múltiplos sobre um contexto de conflito, alguns deles pouco previsíveis. Um exemplo seriam os projetos de desenvolvimento alternativo, que por um lado contribuem para o sucesso do combate ao narcotráfico, oferecendo alternativas econômicas viáveis de cultivo; e por outro podem ser vistos como uma forma de compensação econômica, que contribui para redução da exclusão sócio-econômica – real e percebida – e, potencialmente, para a diminuição da capacidade de recrutamento por bandos criminosos. Outro exemplo são as coalizões da sociedade civil, que por um lado mobilizam a sociedade em geral na direção de uma cultura de paz e direitos humanos, possivelmente inibindo no longo prazo a cultura de violência existente; e por outro lado contribuem para o empoderamento de comunidades, pressionando também o governo pela redução das desigualdades.

As negociações entre Estado e guerrilhas não foram representadas no diagrama, visto que, como ainda não foram concluídas, seus impactos futuros seguem incertos. Com a reeleição de Santos, contudo, a continuidade das negociações parece bastante provável, atingindo-se acordos sobre os pontos que resta negociar. Os pontos da agenda de negociação não se restringem a questões imediatas, buscando lidar também com diversos pontos que são cruciais para a construção de uma paz durável no país. Esses pontos incluem:

- i) uma política de desenvolvimento agrário integral, abarcando a inclusão de populações desfavorecidas e seu acesso à terra;
- ii) a garantia de participação política de membros da oposição, de forma que certos ex-guerrilheiros possam conduzir as demandas dos grupos para vias não-violentas;

- iii) o próprio fim do conflito violento, com deposição de armas e o combate a quaisquer grupos criminosos;
- iv) a solução do problema das drogas ilícitas, incluindo projetos de cultivo alternativo e a abstenção por parte das FARC da prática do narcotráfico;
- v) políticas voltadas para as vítimas do conflito, incluindo garantias de ressarcimento destas e o estabelecimento da verdade histórica<sup>21</sup>.

Os tópicos que vêm gerando maior polêmica atualmente se referem às estratégias de justiça transicional, incluindo a punição futura reservada a ex-guerrilheiros e as formas de reparação às vítimas. Para garantir que a reconciliação no país seja feita de forma a minimizar ressentimentos futuros, se tem buscado criar mecanismos por meio dos quais as vítimas possam participar da construção do projeto de paz do país. Caso haja, como parece apontar a situação atual, a finalização de um acordo representativo das demandas das partes, e uma implementação efetiva no curto e médio prazo, parece bastante provável que o acordo tenha um impacto real sobre a transformação do conflito violento no país. Vale lembrar, porém, que o contexto de violência na Colômbia vai muito além dos conflitos com as guerrilhas, de forma que se deve buscar também outras transformações sistêmicas capazes de desincentivar a atuação de bandos criminosos, por exemplo.

Dessa forma, a ideia de transformação sistêmica de conflitos traz à tona as diversas possibilidades de transformação do conflito violento colombiano. Algumas delas podem ter impactos no curto prazo, como a ajuda humanitária; e outras no médio e no longo prazo, como o fortalecimento de coalizões da sociedade civil. Algumas têm um caráter mais centralizado, como o fortalecimento institucional do Estado; outras são mais descentralizadas e de impacto local, como o estabelecimento de comunidades de paz. Todos os esforços mencionados, porém, impactam de alguma maneira os atratores do conflito violento, seja o atrator destrutivo – no caso de esforços que fortalecem ou enfraquecem as possibilidades

---

<sup>21</sup> Ver Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera, assinado por representantes do governo colombiano e das FARC em La Havana, Cuba, a 26 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/AcuerdoGeneralTerminacionConflicto.pdf>>.

de violência no país – ou o atrator construtivo – como medidas que favorecem ou desfavorecem a construção de bases sustentáveis para a paz. Assim, espera-se que esses esforços promovam mudanças capazes de contribuir para a estabilidade do país, refletindo assim as práticas recomendadas por Coleman: fortalecer e desconstruir, e mudar para estabilizar.

\*\*\*

Os dois últimos capítulos buscaram ilustrar, a partir do caso colombiano, a utilidade da abordagem dos sistemas complexos para a análise e transformação de conflitos prolongados. Enquanto outras abordagens costumam enfatizar a cessação da violência entre as partes ou a assinatura de acordos como sinais da “resolução” de um conflito, esta abordagem evidencia também os aspectos latentes – construtivos ou destrutivos – que fazem parte do sistema analisado. Enquanto outros modelos se restringem ao papel de atores de alto nível na construção da paz, uma visão sistêmica evidencia as janelas de oportunidade para a ação em diversos níveis, desde o âmbito local ao nacional. Além disso, a análise de padrões gerais de interação permite visualizar transformações de médio e longo prazo, como no caso da promoção de uma cultura de paz que se sobreponha ao histórico de uso da violência para fins políticos na Colômbia.

Dessa forma, a incorporação da complexidade dos conflitos prolongados aos seus estudos não deve ser visto como um obstáculo analítico, e sim como uma ferramenta capaz de expandir as possibilidades de compreensão e ação. A partir de uma visão sistêmica, podem-se reduzir as lacunas existentes entre a teoria e a prática da promoção da paz, contribuindo para um aumento da cooperação entre diversos agentes na realização de transformações duradouras e construtivas em suas sociedades.

## Conclusão

Conflitos armados, e em especial aqueles que se prolongam por décadas, são fenômenos de grande complexidade. Estudiosos têm tentado atribuir sentido ao emaranhado de disputas, identidades, emoções e interesses que compõem cada um desses conflitos por diversas vias. Um desses caminhos é a busca por variáveis específicas – como a oposição de identidades históricas ou os ganhos econômicos gerados – que favorecem o prolongamento de vários desses conflitos, o que certamente produziu explicações valiosas para a compreensão do tema. Outra via é a identificação do máximo de variáveis associadas a cada conflito específico, o que pode conduzir a um excesso de complexidade sem a identificação de padrões gerais, e mesmo a uma paralisação da ação (COLEMAN, 2011).

Neste trabalho, foi apresentado um modelo de análise de bases relativamente recentes, que alia a abordagem da transformação de conflitos – defendida por autores como John Paul Lederach (2003) – e a aplicação dos estudos de complexidade aos conflitos prolongados, com base na obra de Peter Coleman (2011). Esse modelo busca capturar a complexidade dos conflitos prolongados e simplificá-la por meio de ferramentas como a identificação de padrões duradouros e resistentes (atratores) – o que Coleman (2011) chama de parcimônia informada pela complexidade. Espera-se que uma análise sistêmica do conflito favoreça a elaboração e implementação de iniciativas que reflitam sua natureza multidimensional e sua expressão em níveis diversos.

Além disso, espera-se que abordagens sistêmicas contribuam para a redução das lacunas existentes entre a teoria e a prática da transformação de conflitos. Tende a haver um importante descompasso entre os trabalhos acadêmicos na área e as preocupações e condições reais daqueles que trabalham na promoção da paz, e teorias reducionistas podem contribuir para essa desconexão (COLEMAN, 2011). Teorias sistêmicas, por outro lado, podem ser utilizadas como ferramenta para que os profissionais possam acessar novas perspectivas, visões e possibilidades de ação em um conflito.

Uma recomendação comum feita por estudiosos como os mencionados acima é a tentativa de abarcar no esforço interpretativo de um conflito as visões das diferentes partes envolvidas. Trazendo representantes de diferentes grupos da sociedade a um mesmo espaço de debate, torna-se possível compreender melhor a forma como essas partes percebem as relações causais envolvidas, o que é importante para garantir a sustentabilidade da paz. Essa, por sinal, é uma das limitações da aplicação do modelo da transformação sistêmica de conflitos a um esforço de fins basicamente acadêmicos, como este trabalho, no qual somente foi possível agregar visões às quais se teve acesso por veículos como livros e artigos, sem pesquisas em campo.

Ainda assim, espera-se que trabalhos como este contribuam para que os estudiosos da paz, no Brasil e em outros países, dêem atenção crescente ao caráter sistêmico de conflitos armados prolongados, e ao papel que diversos atores exercem ou podem exercer na construção de uma paz durável – não apenas no alto nível da diplomacia e da política estatal, mas também nas comunidades e na sociedade civil, por exemplo. Afinal, enquanto o Brasil busca se colocar como autor relevante para a promoção da paz em outros países, é importante também fomentar o debate sobre o papel que atores não-estatais podem exercer na transformação de conflitos violentos.



## Referências

### *Livros e capítulos*

AZAR, E. *The management of protracted social conflict: Theory and cases*. Dartmouth: Dartmouth Publishing Company, 1990.

BARABASI, A. *Linked: the new science of networks*. Cambridge: Perseus Publishing, 2002.

BULL, H. *A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 [1977].

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

DIEHL, P.; GOERTZ, G. *War and peace in international rivalry*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008 [1895].

COLEMAN, P. *The Five Percent: Finding solution to seemingly impossible problems*. Nova York: BBS Public Affairs, 2011.

GREENFELD, L. *Nationalism: five roads to modernity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

KÖRPPEN, D.; SCHMELZLE, B. Introduction. In: KÖRPPEN, D.; SCHMELZLE, B; WILS, O. (eds.), *A systemic approach to conflict transformation: Exploring strengths and limitations*. Berlim: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2008.

LEDERACH, J. P. *The little book of conflict transformation*. Pennsylvania: Good Books, 2003.

MILLER, J. H.; PAGE, S. E. *Complex adaptive systems: an introduction to computational models of social life*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2007.

PÉCAUT, D. *As FARC: Uma guerrilha sem fins?* São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROSENAU, J.; DURFEE, M. *Thinking theory thoroughly: coherent approaches to an incoherent world*. Boulder: Westview Press, 2000.

VARGAS, A. *Las fuerzas armadas en el conflicto colombiano: antecedentes y perspectivas*. Bogotá: Intermedio, 2002.

VAZ, A. C. El conflicto colombiano: una perspectiva global. In: ARDILA, M.; CARDONA, D.; RAMÍREZ, S. (eds.), *Colombia y su política exterior en el siglo XXI*. Bogotá: FESCOL, 2005.

WALTZ, K. N. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. Nova York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, K. N. *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

### ***Artigos de periódicos***

ADELL, B. P. From peacebuilding and human development coalitions to peace infrastructure in Colombia. *Berghof Handbook Dialogue Series*, n. 10, 2012.

SLAUGHTER, A. America's edge: Power in the networked century. *Foreign Affairs*, Jan.-Fev. 2009.

BARABASI, A.; JEONG, H.; ALBERT, R. The diameter of the world wide web. *Nature*. 1999, p. 130-131.

BEJARANO, A. M. Protracted conflict, multiple protagonists and staggered negotiations: Colombia, 1998-2002. *Canadian journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 28, n. 55/56, 2003, p. 223-247.

BOTES, J. Conflict transformation: a debate over semantics or a crucial shift in the theory and practice of peace and conflict studies? *International Journal of Peace Studies*, v. 8, n. 2, Outono/Inverno 2003.

COLLIER, P. Greed and grievance in civil war, *Policy research working paper*, v. 2355. Banco Mundial, 2000.

EL EJE DE LA SEGUNDA vuelta es la paz. *La Semana*, 31 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/elecciones-2014/articulo/elecciones-colombia-el-eje-de-la-segunda-vuelta-es-la-paz/390071-3>>. Acesso em 14 jun. 2014.

GUZMÁN, S. B.; GÓMEZ, J. F. Avances y retrocesos em matéria de seguridad y defensa durante la administración Santos, 2012-2013. In: GUARNIZO, C. N. (ed.), *Seguridad regional em América Latina y el Caribe: Anuario 2013*. FESCOL, 2013.

NILSSON, M.; KREUTZ, J. Protracted conflicts: issues or dynamics at stake? *New Routes*, v. 15, abr. 2010.

OWENS, P. Human security and the rise of the social. *Review of International Studies*, v. 38, p. 547-567, 2012.

RAMSBOTHAM, O. The analysis of protracted social conflict: a tribute to Edward Azar. *Review of International Studies*, v. 31 n. 01, Jan. 2005, p. 109-126.

THEMNER, L.; WALLENSTEEN, P. Armed conflicts 1946-2012. *Journal of Peace Research*, 1 jul. 2013.

VALENZUELA, P. Colombian peace communities: active non-cooperation rather than passive acquiescence. *New Routes*, v. 15, abr. 2010.

ZAPATA, M. L. Peacebuilding from the grassroots: equity conciliation and conflict transformation in Colombia. *Beyond Intractability*, 8 mar. 2006.

### **Relatórios**

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS [ACNUR]. *Global Trends 2012*. Genebra, 2013.

ECHANDÍA, C. *Narcotráfico: Génesis de los paramilitares y herencia de bandas criminales*. Fundación Ideas para la Paz, 2013.

GLOBAL NETWORK OF WOMEN PEACEBUILDERS. *Women Count*. Security Council Resolution 1325: Civil Society Monitoring Report, 2013.

HARDBOM, L; SUNDBERG, R. *UCDP non-state actor dataset codebook*. Uppsala: Uppsala University, 2009.

ROPER, N. Systemic conflict transformation: reflections on conflict and peace process in Sri Lanka. In: KÖRPPEN, D.; SCHMELZLE, B; WILS, O. (eds.) *A systemic approach to conflict transformation: Exploring strengths and limitations*. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2008.

### **Outros**

ACUERDO GENERAL PARA LA TERMINACIÓN DEL CONFLICTO Y LA CONSTRUCCIÓN DE UMA PAZ ESTABLE Y DURADERA, La Havana, Cuba, 26 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/AcuerdoGeneralTerminacionConflicto.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ [FIP]. *La FIP*. Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/foundation/about>>. Acesso em 14 jun. 2014

ISAZA, E. W. *Supporting conflict transformation and victims in Colombia: an analysis of the Official Development Assistance from 2002 to 2011 and beyond*. Dissertação de mestrado, Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, Jun. 2013